

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Centro Sócio Econômico
Departamento de Ciências Econômicas

BIANCA CANELHAS ECHART DE ABREU

Balança Comercial de Santa Catarina na Década de 2000.

Florianópolis, 2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DISCIPLINA: MONOGRAFIA - CNM 5420
PROJETO DE MONOGRAFIA PARA EXECUÇÃO NO SEMESTRE 2013.1**

**BALANÇA COMERCIAL DE SANTA CATARINA NA DÉCADA DE
2000**

Aluno (a): Bianca C. E. de Abreu
Matrícula: 09107004
Orientador: Arlei Luiz Fachinello
biaechart@gmail.com

Assinatura:
Telefone e e-mail: (48) 9104-3919

De acordo:

Entrada na Secretaria do Departamento de Econômica

Em/...../.....

Florianópolis, 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 10,00 (dez) à aluna Bianca Canelhas Echart de Abreu na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora

Prof. Arlei Fachinello

Prof.^a Carmen Rosário Ortiz Gutierrez Gelinski

Prof.^a Patrícia Fonseca Ferreira Arienti

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer ao professor Arlei Fachinello, meu orientador, por toda ajuda nesta fase tão importante da minha vida acadêmica. Gostaria também de agradecer à banca pela atenção e tempo disponibilizados.

Obrigada à minha família. À minha mãe, Ana, também pelo apoio e amor dados, principalmente nestes últimos anos. Ao meu pai, Marcelo, por ter me dado uma ótima educação, suporte e amor. Às minhas irmãs, Beatrice e Tatiana, pela amizade eterna, carinho, cumplicidade e companheirismo. Obrigada por sempre estarem ao meu lado, minhas lindas!

Gostaria de agradecer, principalmente, ao Rodrigo Debona. Obrigada por estar ao meu lado nos melhores e piores momentos. Obrigada por toda paciência, todas as palavras carinhosas e todas as críticas construtivas. Obrigada por me ensinar o verdadeiro significado das palavras amizade e amor. Obrigada por tudo. Você significa para mim muito mais do que palavras podem expressar.

Queria agradecer também a todos os colegas e professores que tive ao longo destes quatro anos e meio, por terem me ensinado tanto sobre os mais diversos assuntos.

Finalmente – e não menos importante – gostaria de agradecer à amizade do Felipe Alpert neste período que passei em Florianópolis. Foi um imenso prazer ter te conhecido e espero que nossa amizade dure por muitos anos. Tenho certeza que, com sua disciplina e determinação, será um grande pediatra. Parabéns pela formatura!

RESUMO

Os ensaios acerca do comércio exterior focam-se na problemática do equilíbrio entre exportações e importações das nações, que constituem a balança comercial de um país. A partir desta variável macroeconômica – a balança comercial – é possível estabelecer a relação entre uma determinada região e seus parceiros comerciais. Este trabalho objetiva esclarecer a mudança da balança comercial de Santa Catarina observada a partir da metade da década de 2000.

O presente estudo se propõe a elucidar os principais fatores implicados na transformação do estado catarinense de exportador líquido para importador líquido, a partir da metodologia descritiva e interpretativa.

No ano de 2005, a balança comercial começou seu declínio, tornando-se deficitária em 2008. Esta inversão na balança comercial deveu-se ao aumento das importações e diminuição da taxa de crescimento das exportações.

Palavras-chaves: Economia catarinense; Comércio Internacional; Balança Comercial; Exportação; Importação.

ABSTRACT

The essays on foreign trade focus on the problem of balance between exports and imports of the nations that constitute the trade balance of a country. From this macroeconomic variable - the trade balance - it is possible to establish the relationship between a certain region and its trading partners. This paper aims to clarify the change in the trade balance of Santa Catarina observed from mid-2000s.

The present study aims to elucidate the main factors involved in the transformation of the state of Santa Catarina net exporter to a net importer, from the descriptive and interpretative methodology.

In 2005, the trade balance began its decline, becoming deficient in 2008. This reversal in the trade balance was due to increased imports and decreased exports growth.

Keywords: Economy of Santa Catarina; International Trade; Balance of Trade; Export; Import.

LISTA DE TABELAS

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Tabela 1: Exemplo numérico das vantagens absolutas..... | 07 |
| Tabela 2: Exemplo numérico da teoria das vantagens comparativas..... | 08 |
| Tabela 3: <i>Ranking</i> dos principais destinos das exportações catarinenses, por país, em 1999..... | 26 |
| Tabela 4: <i>Ranking</i> dos principais destinos das exportações catarinenses, por bloco econômico, em 1999..... | 26 |
| Tabela 5: <i>Ranking</i> das principais origens das importações catarinenses, por país, em 1999..... | 27 |
| Tabela 6: <i>Ranking</i> das principais origens das importações catarinenses, por bloco econômico, em 1999..... | 27 |
| Tabela 7: <i>Ranking</i> dos principais produtos exportados por Santa Catarina no ano de 1999..... | 29 |
| Tabela 8: <i>Ranking</i> dos principais produtos importados por Santa Catarina no ano de 1999..... | 30 |
| Tabela 9: Principais países compradores de produtos catarinenses, nos anos de 2000, 2005 e 2010, e suas participações no total das exportações catarinenses..... | 32 |
| Tabela 10: Principais países de origem das importações de Santa Catarina nos anos de 2000, 2005 e 2010, e suas participações no total das importações catarinenses..... | 33 |

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Tabela 11: <i>Ranking</i> dos principais municípios exportadores de Santa Catarina nos anos 2000*, 2005 e 2010..... | 35 |
| Tabela 12: <i>Ranking</i> dos principais municípios importadores de Santa Catarina nos anos de 2001, 2005 e 2010..... | 36 |
| Tabela 13: Principais produtos exportados por Santa Catarina nos anos de 2000, 2005 e 2010..... | 40 |
| Tabela 14: Principais produtos importados por Santa Catarina nos anos de 2000, 2005 e 2010..... | 41 |
| Tabela 15: Número de empresas exportadoras e importadoras em Santa Catarina, entre os anos de 2001 e 2010..... | 42 |
| Tabela 16: Principais empresas exportadoras de Santa Catarina, nos anos de 2000, 2005 e 2010..... | 43 |
| Tabela 17: Principais empresas importadoras, nos anos de 2001, 2005 e 2010..... | 43 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Figura 1: Importação, Exportação e Balança Comercial de Santa Catarina..... | 24 |
| Figura 2: PIB catarinense, entre os anos de 1980 e 1999..... | 25 |
| Figura 3: Exportações catarinenses, por fator agregado, entre os anos de 1990 e 1999..... | 28 |
| Figura 4: Importações catarinenses, por fator agregado, entre os anos de 1991 e 1999..... | 29 |
| Figura 5: Exportação, Importação e PIB catarinenses, na década de 2000..... | 32 |
| Figura 6: Exportações catarinenses por blocos econômicos e suas participações no total das exportações do estado, nos anos de 2000, 2005 e 2010..... | 34 |
| Figura 7: Importações catarinenses por bloco econômico e suas participações no total das importações do estado, nos anos de 2001, 2005 e 2010..... | 35 |
| Figura 8: Exportações catarinenses por fator agregado, na década de 2000..... | 38 |
| Figura 9: Importações catarinenses por fator agregado, na década de 2000..... | 41 |
| Figura 10: Evolução da balança comercial catarinense e seus componentes, na década de 2000..... | 45 |
| Figura 11: Exportações de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e Brasil, entre os anos de 2005 e 2010..... | 46 |
| Figura 12: Evolução da taxa de câmbio e das exportações catarinenses, entre os anos de 2005 e 2010..... | 47 |
| Figura 13: Evolução das exportações catarinenses para os Estados Unidos, na década de 2000..... | 48 |

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Figura 14: Índice geral de preços das <i>commodities</i> , década de 2000 (jan. 2002 = 100)..... | 50 |
| Figura 15: Participação dos produtos exportados pelo Brasil, por fator agregado, no total das exportações brasileiras..... | 51 |
| Figura 16: Participação dos produtos exportados por Santa Catarina, por fator agregado, no total das exportações catarinenses..... | 52 |
| Figura 17: Importações de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e Brasil, entre os anos de 2005 e 2010..... | 53 |
| Figura 18: Evolução das importações catarinenses e da taxa de câmbio, entre os anos de 2005 e 2010..... | 54 |
| Figura 19: Evolução das importações catarinenses com origem na China, Estados Unidos, Chile e Argentina, na década de 2000..... | 56 |
| Figura 20: Evolução da quantidade de empresas importadoras em Santa Catarina na década de 2000..... | 57 |

SUMÁRIO

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 1. INTRODUÇÃO | 01 |
| 1.1 OBJETIVOS..... | 03 |
| 1.1.1 Objetivos Gerais | 03 |
| 1.1.2 Objetivos Específicos | 03 |
| 2. METODOLOGIA | 04 |
| 3. TEORIAS DE COMÉRCIO | 05 |
| 3.1 TEORIAS CLÁSSICAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL | 05 |
| 3.1.1 Vantagens Absolutas | 05 |
| 3.1.2 Vantagens Comparativas | 07 |
| 3.2 TEORIAS MODERNAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL | 10 |
| 3.2.1 Modelo Heckscher-Ohlin ou Teoria das Dotações de Fatores | 10 |
| 3.2.2 Economias de Escala, Mercados Imperfeitos e o Comércio Internacional | 13 |
| 3.3 ANÁLISE MACROECONÔMICA DA BALANÇA COMERCIAL | 15 |
| 3.3.1 Determinantes das importações | 15 |
| 3.3.2 Determinantes das exportações | 17 |
| 4. COMÉRCIO EXTERIOR DE SANTA CATARINA ATÉ OS ANOS 2000 | 20 |
| 5. COMÉRCIO EXTERIOR DE SANTA CATARINA NA DÉCADA DE 2000 | 31 |
| 5.1 COMPORTAMENTO DA BALANÇA COMERCIAL DE SANTA CATARINA NOS ANOS DE 2005 A 2010 | 44 |

| | |
|---------------------------------------------------------------------|----|
| 5.1.1 Exportações catarinenses nos anos de 2005 a 2010 | 45 |
| 5.1.2 Importações catarinenses nos anos de 2005 a 2010 | 52 |
| 6. CONCLUSÃO | 59 |
| 7. REFERÊNCIAS | 61 |

1. INTRODUÇÃO

O estudo das trocas entre povos e nações é objeto de análise há séculos, sendo discutido por teóricos como David Hume, Adam Smith, entre outros. Na atualidade, tem-se intensificado o estudo do comércio exterior, devido ao maior grau de ligação entre os diversos países e o maior fluxo de trocas em escala global (trocas de informações, bens e serviços, moeda, etc.).

Alguns teóricos da Economia Internacional¹ consideram o comércio entre os países benéfico para cada nação individualmente se comparada à condição de autarquia² (KRUGMAN, OBSTFELD, 2010). Conforme a Organização Mundial do Comércio (OMC):

“Open trade makes it possible for consumers to enjoy goods that are produced or manufactured in countries other than their own, giving them a wider, better and, often, less expensive choice. Open trade also benefits producers, as it provides them with wider market opportunities to sell their products.” (OMC, 2012)

Na macroeconomia³ a balança comercial (ou exportação líquida) é determinada a partir da subtração da quantidade importada pela quantidade exportada (BLANCHARD, 2007, p. 44). Aprofundando um pouco mais estes termos, pode-se dizer que as importações são “(...) bens e serviços que os países estrangeiros vendem para nosso país.”, enquanto as exportações são “(...) bens e serviços vendido para outros países” (MANKIW, 2010, p. 22).

Desta forma, uma determinada região possui um superávit comercial (também chamado de balança comercial positiva, equivalendo-se denominar a região como exportadora líquida) quando a quantidade de exportações excede a quantidade de importações, e possui um déficit comercial (balança comercial negativa ou importadora líquida) quando ocorre a situação inversa, ou seja, há mais importações do que exportações (BLANCHARD, 2007; MANKIW, 2010).

¹ Ramo de estudo das Ciências Econômicas que estuda as diversas teorias das relações de trocas entre as nações.

² Países autossuficientes que não fazem comércio com outras nações.

³ Ramo de estudo das Ciências Econômicas que possui como enfoque a economia regional ou nacional como um todo.

O Brasil passou por vários períodos de instabilidade na balança comercial durante sua história, vivenciando superávits com maior frequência a partir de 2002 (RIBEIRO, 2006). No estado de Santa Catarina, houve aumento expressivo das importações, combinado a redução na taxa de crescimento das exportações, ocasionando queda do estado no *ranking* dos exportadores nacionais – caindo da sexta para a décima colocação (FIESC, 2010).

Aprofundando a análise dos dados referentes à balança comercial de Santa Catarina, verifica-se que houve uma queda brusca no saldo das exportações líquidas entre os anos de 2005 e 2008, transformando o estado em um importador líquido a partir do ano de 2008, quando registrou seu primeiro déficit comercial na década (FIESC, 2012).

À luz dos dados acima apresentados, o tema abordado por este estudo abrange as possíveis causas da mudança na balança comercial catarinense. Desta forma, o problema deste trabalho pode ser sintetizado na seguinte pergunta: Por que Santa Catarina passou de um exportador líquido para um importador líquido nos últimos anos?

Tomando esta pergunta-chave como ponto de partida, este estudo proporcionará maior esclarecimento a respeito das alterações na balança comercial de Santa Catarina.

Durante a elaboração deste trabalho não foram encontrados muitos estudos acadêmicos sobre o tema abordado, tornando a presente monografia útil para diversos grupos e entidades. Entre esses grupos podemos citar os governos estadual e municipal (de cidades portuárias, por exemplo) e grupos de empresas de *trading*⁴ focadas tanto em importação quanto em exportações.

Os governos estadual e municipal poderão, a partir dos resultados encontrados, realizar análises da adequação das políticas adotadas em relação ao comércio internacional, adotando medidas econômicas alinhadas com os objetivos dos municípios e do estado e, em última instância, do Brasil. Exemplos dessas medidas podem ser tarifas à importação ou subsídios à exportação, dependendo dos objetivos almejados.

As empresas privadas de *trading* – especializadas em importações e/ou exportações – beneficiar-se-ão deste estudo ao utilizá-lo para melhorar suas estratégias competitivas.

⁴ Empresas de *trading* são empresas que fazem a intermediação entre empresas nacionais e importadoras internacionais ou entre exportadoras internacionais e compradores potenciais nacionais. O mais comum são empresas de *trading* focadas nas exportações, ou seja, adquirem mercadorias do mercado interno para posteriormente exportar para potenciais compradores.

Além da análise dos motivos da mudança na balança comercial, outro objetivo é analisar se a atual situação do estado é ideal e favorável à economia catarinense.

Após a análise dos dados coletados, das teorias econômicas e de outras informações relevantes ao estudo, serão expostos os fatores que influenciaram a alteração nas exportações líquidas catarinenses.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Elucidar algumas das razões pelas quais as exportações líquidas de Santa Catarina declinaram a partir da metade da década de 2000, tornando-se deficitárias a partir do ano de 2008.

1.1.2 Objetivos Específicos

A fim de alcançar o objetivo geral proposto, deve-se atingir os seguintes objetivos específicos:

- Analisar as abordagens teóricas sobre as trocas internacionais;
- Analisar as abordagens teóricas sobre a balança comercial e seus componentes – importação e exportação;
- Levantar dados sobre a balança comercial de Santa Catarina anterior e posterior ao período analisado;
- Identificar os principais fatores envolvidos na mudança da estrutura da balança comercial catarinense;
- Analisar o impacto da mudança na balança comercial no estado.

2. METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos anteriormente expostos, este trabalho aplicará prioritariamente os métodos descritivo e interpretativo. Isto significa observação e coleta de dados, com posterior interpretação, almejando concluir os motivos para as mudanças na balança de pagamentos de Santa Catarina.

Segundo Antônio Carlos Gil, uma pesquisa *ex-post-facto* se caracteriza como:

“(...) uma investigação sistemática e empírica na qual o pesquisador não tem controle direto sobre as variáveis independentes, porque já ocorreram suas manifestações ou porque são intrinsecamente não manipuláveis” (GIL, 1999, p. 69).

Este é o caso do presente estudo: a mudança de exportador líquido para importador líquido do estado catarinense é fato consumado. Cabe então ao pesquisador agrupar as informações e dados relevantes e analisá-los à luz das evidências e teorias econômicas vigentes, no intuito de obter uma conclusão plausível.

A pesquisa bibliográfica será utilizada para atingir esta finalidade. De acordo com Antônio Carlos Gil (1999, p. 76) há três grandes grupos de fontes bibliográficas: livros, periódicos e impressos diversos⁵. Os livros se ramificam em dois subgrupos, sendo que em um deles (leitura corrente) estão as obras de divulgação⁶. Os periódicos dividem-se em jornais e revistas.

No presente trabalho, serão utilizados os dados das seguintes instituições: Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC); Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), assim como seu banco de dados AliceWeb, e; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e seu banco de dados, ipeadata.

⁵ “(...) outras publicações de interesse para a pesquisa em ciências sociais, como: publicações governamentais, boletins informativos de empresas ou de institutos de pesquisa, estatutos de entidades diversas, folhetos, etc.” (GIL, 1999, p. 80).

⁶ “Os livros de leitura corrente compreendem (...) as obras de divulgação, que tem como objetivo transmitir informações sobre determinado assunto” (GIL, 1999, p. 76). Ou seja, são livros técnicos, geralmente utilizados por especialistas com a finalidade de comunicar estes profissionais resultados de estudos e pesquisas.

3. ANÁLISE DAS TEORIAS DE COMÉRCIO E MACROECONOMIA DA BALANÇA COMERCIAL

Esta seção objetiva explicar e resumir as principais teorias acerca do comércio internacional. Para tanto, tais teorias foram divididas em clássicas - constituídas pela teoria das vantagens absolutas e a teoria das vantagens comparativas - e as modernas - compostas por diversas teorias.

Em relação às teorias modernas, iremos discutir especificamente o modelo Heckscher-Ohlin (também conhecido como teoria das dotações de fatores) e a teoria de Paul Krugman sobre mercados imperfeitos.

Essa seção também objetiva expor as teorias macroeconômicas, relacionando as principais variáveis do comércio internacional com a dinâmica econômica.

3.1 TEORIAS CLÁSSICAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

3.1.1 Vantagens Absolutas

A primeira teoria a ser elaborada explicando o porquê de os países comercializarem entre si foi elaborada por Adam Smith, em 1776, em obra intitulada *A Riqueza das Nações: Investigação Sobre Sua Natureza e Suas Causas* (CARVALHO, 2002, p. 4). Conforme Maria Auxiliadora de Carvalho (2002), o estudo de Smith "(...) é tida como o primeiro trabalho a tratar exclusivamente de economia e a incluir uma visão sistemática acerca do comércio entre os países". De acordo com a autora, Smith objetivava argumentar contra as teorias mercantilistas sobre o comércio.

Os mercantilistas acreditavam que a única razão para o comércio entre nações era a obtenção de excedente na balança comercial (WILLIAMSON, 1996, p.19). Assim, pode-se dizer que, para este grupo:

"As exportações eram uma bênção, pois estimulavam a indústria e permitiam a importação de metais preciosos - o ouro e a prata (...). As importações eram um peso, pois diminuía a demanda dos produtos da economia doméstica e

drenavam lingotes de ouro e prata. O conselho de política dado pelos mercantilistas era que as exportações e a produção deveriam ser estimuladas com apoio do Estado com subsídios, enquanto que as importações deveriam ser desestimuladas por restrições protecionistas, em especial no caso das indústrias de importância estratégica." (WILLIAMSON, 1996, p. 19).

Segundo Adam Smith, o pensamento mercantilista falhou em não compreender que as trocas deveriam beneficiar ambas as partes envolvidas, sem que se obtenha, necessariamente, um déficit para algum dos envolvidos (CARVALHO, 2002, p. 5). Isto não significa, no entanto, que os benefícios serão iguais a ambas as nações (SOARES, 2004, p. 31). Desta forma, a diferença no pensamento é que, enquanto para os teóricos do mercantilismo a riqueza das nações era o resultado do acúmulo de metais preciosos, para os pensadores clássicos – a exemplo de Adam Smith – a riqueza das nações "advinha da capacidade do país de produzir de forma eficiente bens que poderiam ser trocados por aqueles que o país não produzia de forma competitiva" (SOARES, 2004, p.29).

O ponto central da teoria de Smith é que o trabalho humano é o fator básico de uma nação para a produção de bens para troca, já que "(...) a especialização advinda da divisão social do trabalho é um ponto fundamental para o aumento da produtividade do trabalho na economia e, assim, de sua riqueza material." (OLIVEIRA, 2007, p. 3). Assim, o fundamento do comércio exterior é a divisão internacional do trabalho, podendo ser definido como "(...) a especialização de cada país individual em determinados tipos de atividade econômica." (SOARES, 2004, p. 30). Por consequência das características naturais e de habilidade adquirida dos trabalhadores nos diferentes países, um mesmo produto pode demandar diferentes horas de trabalho humano para sua criação em nações diversas, sendo essa diferença a síntese da teoria das vantagens absolutas.

Para ilustrar sua teoria, Adam Smith utilizou-se de um exemplo simples onde existem dois países – Portugal e Inglaterra – e dois produtos – vinho e tecidos. A suposição é de que Portugal gasta 5 horas-trabalho para produzir um barril de vinho e a Inglaterra gasta 15 horas-trabalho para a mesma finalidade. No entanto, a Inglaterra gasta 5 horas-trabalho para produzir um metro de tecido enquanto Portugal necessita de 15 horas-trabalho para atingir o mesmo objetivo (SOARES, 2004, p. 32). A Tabela 1 ilustra esta situação.

Tabela 1: Exemplo numérico das vantagens absolutas.

| | Vinho | Tecido |
|-------------------|--------------|---------------|
| Portugal | 05 | 15 |
| Inglaterra | 15 | 05 |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Cláudio Soares (2004, p. 31).

Observa-se que o custo da produção de tecidos é menor na Inglaterra quando comparado a Portugal, e o custo da produção de vinho é menor em Portugal quando comparado à Inglaterra. Assim, os ingleses possuem vantagem absoluta na produção de tecidos e devem se especializar nesta indústria, enquanto os portugueses possuem vantagem absoluta na produção de vinho e devem se especializar neste bem (SOARES, 2004, p. 32). Se os dois países se concentrassem na produção do bem no qual possuem vantagem absoluta e o exportassem para seu parceiro comercial, o consumo de ambos seria maior se comparado com uma situação de autarquia (WILLIAMSON, 1996, p. 20). Em outras palavras, o resultado do comércio seria o "(...) aumento da produção, da riqueza das nações e do bem-estar social" (OLIVEIRA, 2007, p. 3).

Apesar de sua importância como primeira teoria do comércio internacional, a vantagem absoluta de Adam Smith é incompleta, pois não explica todas as possibilidades de comércio, tendo em vista existirem países pobres que não possuem tecnologia ou recursos para produzir bens com custos reduzidos em relação aos países mais desenvolvidos (CARVALHO, 2002, p. 9). Perguntas como "o que aconteceria se um país não possuísse vantagem absoluta na produção de nenhum produto quando comparado às nações parceiras?" não são respondidas. Esta lacuna é devidamente preenchida por David Ricardo em sua teoria das vantagens comparativas.

3.1.2 Vantagens Comparativas

O livro intitulado *Princípios da Economia Política e Tributação*, escrito por David Ricardo em 1817, instituiu a economia como ciência e apresentou a teoria das vantagens comparativas (CARVALHO, 2002, p. 9). Esta teoria complementou e aperfeiçoou a teoria das vantagens absolutas de Adam Smith, ao abranger maior gama de possibilidades. Conforme Ivan Oliveira (2007, p. 4):

"Ricardo observou que a ideia de vantagens absolutas pode ser utilizada para se determinar o padrão de comércio interno de um país que apresente perfeita mobilidade dos fatores de produção, mas não para o comércio internacional, onde há a presença de imobilidade (ou baixa mobilidade) dos fatores de produção. Vale relatar, portanto, que a tese de Smith é na verdade uma ocorrência particular da abordagem mais geral de Ricardo."

Antes de explicar o modelo, faz-se necessário elaborar o conceito de vantagem comparativa. De acordo com Krugman e Obstfeld (2010, p. 22) "um país possui uma vantagem comparativa na produção de um bem se o custo de oportunidade da produção desse bem em relação aos demais é mais baixo nesse país do que em outros" e essa vantagem é originada nas diferenças de produtividade do fator trabalho na criação dos diversos bens (COUTINHO, 2005, p.103). Desta forma, podemos entender que o comércio seria benéfico para dois países mesmo na eventualidade de um deles ser mais eficiente na produção dos dois bens quando comparado ao seu parceiro comercial, porque o que determina o comércio é a eficiência relativa, e não a absoluta como pensava Adam Smith (SOARES, 2004, 34-35 p.).

Para explicar sua teoria, Ricardo valeu-se do mesmo modelo simples de Adam Smith, com dois países – Inglaterra e Portugal – e dois produtos – tecidos e vinho – e possuindo o trabalho humano como único fator de produção. A diferença entre os modelos é que, enquanto Portugal é mais eficiente na produção de ambos os bens no modelo ricardiano, no modelo de Smith os portugueses são mais eficientes na produção de vinho apenas. Ricardo determinou as seguintes quantidades de trabalho necessárias para a produção de ambos os bens nos dois países (SOARES, 2004, p. 35):

Tabela 2: Exemplo numérico da teoria das vantagens comparativas.

| | Sem especialização | | Com especialização | |
|-------------------|--------------------|--------|--------------------|---------|
| | Vinho | Tecido | Vinho | Tecidos |
| Portugal | 80 | 90 | 0,66 | 0,90 |
| Inglaterra | 120 | 100 | 1,50 | 1,11 |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Cláudio Soares (2004, p. 36) e Ivan Oliveira (2007, p. 4).

Uma maneira de analisar as vantagens comparativas dos dois países é comparar o custo de oportunidade da produção de cada bem entre as nações, ou seja, calcular o custo de oportunidade do bem vinho, por exemplo, em Portugal em relação à Inglaterra. Desta forma, temos que o custo em Portugal é igual à quantidade de horas dispendidas no país para a produção de vinho dividido pela quantidade de horas para a produção do

mesmo bem na Inglaterra (80/120). Utilizamos o mesmo processo para analisar os custos do vinho na Inglaterra e dos tecidos em ambos os países (MARCOS, 2012, p. 13). O resultado é que a Inglaterra possui vantagens comparativas na produção de tecidos ($1,11 < 1,50$) enquanto Portugal possui vantagens comparativas na produção de vinho ($0,66 < 0,90$).

Ivan Oliveira (2007) explica o modelo das vantagens comparativas de outra forma. Sendo α_v e β_v as quantidades de trabalho necessárias para a produção de vinho em Portugal e Inglaterra, respectivamente, e α_t e β_t as quantidades de trabalho necessárias para a produção de tecidos em Portugal e na Inglaterra, respectivamente, temos que α_v/α_t representa o custo de oportunidade da produção de vinho em relação ao tecido em Portugal, e β_v/β_t representa este mesmo custo na Inglaterra.

Como $\alpha_v/\alpha_t < \beta_v/\beta_t$ ($0,89 < 1,2$), Portugal terá menor custo de oportunidade na produção de vinho em relação à Inglaterra e deverá se especializar na produção deste produto. Em contrapartida, a Inglaterra possui vantagens comparativas na produção de tecidos e deverá se especializar nesta indústria. Mesmo que Portugal tenha vantagens absolutas nas produções de tecidos e vinhos em relação à Inglaterra, deverá se especializar na produção de vinhos, pois os custos relativos da produção deste são menores se comparados aos seus custos na produção de tecidos. Desta forma, pode-se dizer que Portugal possui vantagem comparativa na produção de vinho. O mesmo ocorre com a Inglaterra e o setor de tecidos (OLIVEIRA, 2007, p. 4).

A conclusão de Ricardo é que os países exportarão os bens nos quais possuem vantagens comparativas e importarão os bens nos quais não possuem vantagens comparativas (COUTINHO, 2005, p. 103). O que leva os países a se especializarem é o fato de os termos de troca⁷ serem mais vantajosos do que os preços relativos domésticos (CARVALHO, 2002, p. 10). Segundo Eduardo Coutinho (2005, p. 103), o comércio entre os países seria benéfico para todos porque "(...) a produção que não fosse vendida no mercado doméstico de um país deveria ser exportada. Os outros bens seriam adquiridos no mercado internacional a um preço menor que o de produzi-los internamente." Assim, uma das consequências do comércio internacional é a elevação do bem-estar social devido ao aumento da quantidade produzida e da possibilidade de consumo das nações (OLIVEIRA, 2007, 4-5 p.).

⁷ O preço relativo ao qual um país comercia, ou seja, o preço das exportações dividido pelo preço das importações (WILLIAMSON, 1996, p. 22).

O modelo descrito por Ricardo para explicar sua teoria das vantagens comparativas não é, obviamente, fidedigno à realidade. Por esse motivo, Krugman e Obstfeld (2010, p. 35) fazem algumas críticas em relação à especialização extrema dos países, sendo três os motivos mais importantes: 1) a existência de mais de um fator de produção reduz a tendência à especialização; 2) os países podem achar necessária a proteção de suas indústrias da concorrência estrangeira (protecionismo); 3) o comércio internacional não está isento de custos de transporte e esses podem ser elevados o suficiente para conduzir os países à autossuficiência em determinados bens, transformando-os em bens não comercializáveis. No entanto, de acordo com Ivan Oliveira (2007, p. 5):

"Não obstante tais críticas, Ricardo deixou um legado importante à teoria econômica. Seu conceito de vantagens comparativas, mesmo com deficiências, deu nova fundamentação ao debate sobre os padrões das trocas internacionais e engendrou novas formulações teóricas que buscam analisar o comércio internacional (...)."

3.2 TEORIAS MODERNAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

3.2.1 Modelo Heckscher-Ohlin ou Teoria das Dotações de Fatores

As ideias da teoria das dotações de fatores foram desenvolvidas inicialmente por Eli Heckscher, em 1919, e posteriormente complementadas por seu discípulo Bertil Ohlin, em 1933. A obra de Heckscher e Ohlin é considerada, após o modelo das vantagens comparativas de David Ricardo, a mais importante e influente explicação para o comércio (CARVALHO, 2002, p. 25).

Conforme Márcia Istake (2003, 37-38 p.) a estrutura lógica da teoria das dotações de fatores possui como base quatro teoremas: teorema Heckscher-Ohlin, teorema da equalização dos preços dos fatores de produção, teorema de Stolper-Samuelson e o teorema de Rybczynski.

O teorema Heckscher-Ohlin considera que existem dois fatores de produção disponíveis – capital e trabalho – e cada produto possui uma relação capital/trabalho específica, ou seja, cada unidade de bem é produzida com quantidades específicas dos dois fatores (SOARES, 2004, p. 42). Os teóricos deste modelo afirmaram,

realisticamente, que é a diferença na proporção de fatores de produção dos países o gerador do comércio internacional e da especialização das produções (SOARES, 2004, p. 43). Assim, um país terá vantagem comparativa na produção de bens intensivos no fator de produção abundante no país, o que resultará na maior produção e exportação (OLIVEIRA, 2007, p. 6).

Outra forma de analisar o comércio internacional a partir do modelo Heckscher-Ohlin é sob a ótica da troca indireta de fatores de produção abundantes por fatores escassos (ISTAKE, 2003, p. 37), pois a mobilidade de bens serve como substituto da mobilidade de fatores de produção, uma vez que a troca direta destes últimos é logisticamente dificultosa (OLIVEIRA, 2007, p. 6). Com o maior comércio entre os países, os preços dos bens tendem a cair devido à especialização, proporcionando maior bem-estar para os parceiros comerciais (SOARES, 2004, p. 43).

Paul Samuelson, em 1948, desenvolveu o teorema da equalização dos fatores de produção em que afirma, resumidamente, que "o comércio de bens iguala a remuneração dos fatores" (ISTAKE, 2003, p. 38). De acordo com Soares (2004, p. 46), o teorema desenvolvido por Samuelson é um corolário da teoria Heckscher-Ohlin, pois mantém as hipóteses deste. Como as dotações de fatores são diferentes nos diversos países, os preços desses fatores também diferem entre si. A partir da lógica da teoria de oferta e demanda, os fatores mais escassos são mais caros do que os mais abundantes. Não havendo mobilidade perfeita de fatores, os países abundantes em trabalho importam bens intensivos em capital e vice-versa. É a partir do comércio de bens que os preços dos fatores se igualam, uma vez que esse comércio pode ser visto, conforme supracitado, como uma forma indireta de troca de fatores de produção (SOARES, 2004, 45-46 p.).

O teorema Stolper-Samuelson, criado em 1941, diz respeito à relação entre os preços dos bens e a remuneração dos fatores (ISTAKE, 2003, p. 38). Segundo Márcia Istake (2003, p. 38), a discussão era a respeito "(...) de uma tarifa que alterasse o preço de um produto importado, sem afetar os preços mundiais". Conforme a autora, a conclusão dos teóricos foi que a medida protecionista a favor de certo bem estimularia a produção deste, resultando em um aumento mais que proporcional na demanda pelo fator intensivo na produção do bem favorecido ocasionando aumento em sua remuneração em relação aos outros fatores (ISTAKE, 2003, 38-39 p.). Resumidamente, "(...) haveria uma transferência de renda para o fator usado mais intensivamente na produção do bem protegido." (ISTAKE, 2003, p. 38).

Por fim, o teorema de Rybczynski diz respeito às variações nas disponibilidades dos fatores sobre as quantidades produzidas (ISTAKE, 2003, p. 39). O aumento da utilização de um fator na produção de determinado bem aumenta a produção deste de forma mais intensiva, acabando também por reduzir a produção dos bens não intensivos no fator de produção em questão (ISTAKE, 2003, p. 39).

Segundo Ratti (1997, p. 334), em conformidade com a teoria Heckscher-Ohlin:

"(...) um país como o Brasil, por exemplo, com abundância relativa de mão-de-obra barata e grandes extensões de terra, mas com escassez relativa de capital técnico, deveria dedicar-se à produção e à exportação de produtos industriais."

Alguns estudos foram feitos para comprovar a veracidade do modelo das dotações de fatores, sendo o mais conhecido o teste conduzido por Wassily Leontief, em 1950, que ficou conhecido como Paradoxo de Leontief. O país escolhido foi os Estados Unidos e o pressuposto é de que esse país era abundante em capital sendo, portanto, exportador de bens capital-intensivos (KRUGMAN; OBSTFELD, 2010, 57-58 p.). No entanto, este não foi o resultado encontrado pelo estudioso. O teórico constatou que, no período de 25 anos após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos importavam mais bens capital-intensivos do que exportavam. De acordo com Krugman e Obstfeld (2010, p. 57) "este resultado, conhecido como paradoxo de Leontief, é a única evidência de peso contra a teoria das proporções de fatores".

Algumas críticas são feitas ao modelo Heckscher-Ohlin. Em relação à equalização de fatores, por exemplo, Krugman e Obstfeld (2010, p. 52) afirmam que, no mundo real, os preços dos fatores não são equalizados. Segundo os autores, isto ocorre porque o teorema leva em consideração três proposições falsas: 1) ambos os países produzem ambos os bens; 2) as tecnologias são idênticas nos dois países, e; 3) o comércio equaliza os preços dos bens nos dois países. A primeira hipótese só seria válida se os países fossem muito semelhantes em suas dotações de fatores. A segunda hipótese não possui fundamento caso os países tenham tecnologias distintas. Por último, a terceira hipótese não é verdadeira, pois no mundo real os preços dos bens não são totalmente equalizados no comércio internacional.

Outra crítica sobre a adequação do modelo ao mundo real reside no fato de os países desenvolvidos, que possuem dotações de fatores semelhantes entre si, serem

responsáveis por boa parte do comércio mundial. A explicação para tal fato foge do escopo do modelo Heckscher-Ohlin e dos outros teoremas (OLIVEIRA, 2007, p. 6).

No entanto, Ivan Oliveira (2007, p. 7), que estudou principalmente o teorema elaborado por Samuelson (também conhecido como modelo Heckscher-Ohlin-Samuelson), afirma que:

"Apesar das críticas, o modelo Heckscher-Ohlin-Samuelson de comércio internacional apresenta visível utilidade quando da análise dos impactos sobre a distribuição de renda de um país advindos do envolvimento do mesmo no comércio internacional."

Assim como as teorias das vantagens absolutas e relativas de Smith e Ricardo, respectivamente, foram de fundamental importância para o avanço dos estudos do comércio internacional, o modelo das dotações de fatores de produção é primordial às análises do comércio mundial.

3.2.2 Economias de Escala, Mercados Imperfeitos e o Comércio Internacional

Os modelos analisados até então baseiam-se em economias constantes de escala⁸ e em concorrência perfeita⁹ (SOARES, 2004, 54-55 p.), porém, isto não ocorre com frequência no mundo real, sendo as indústrias normalmente caracterizadas por economias crescentes de escala (ou apenas economias de escala), onde a produção mais que dobra quando os insumos do setor dobram (SOARES, 2004, p. 54).

Krugman criou um modelo mais próximo à realidade, pressupondo que as empresas possuem alguma capacidade de influenciar os preços, ou seja, os mercados são imperfeitos (SOARES, 2004, p. 55). De acordo com Soares (2004, p. 55) "(...) o grande diferencial da teoria de Krugman foi incorporar mais realismo ao modelo de Heckscher e Ohlin, ao considerar os mercados imperfeitos como fonte do comércio internacional". Esta teoria é baseada nas seguintes hipóteses: dois fatores de produção; dois países; dois produtos; a estrutura de mercado é a concorrência monopolística. Devido à última hipótese, a especialização não será determinada apenas pelas vantagens

⁸ Quando se dobra os insumos de uma indústria, a produção também dobra.

⁹ Quando um mercado possui grande quantidade de empresas e consumidores, a influência destes na formação de preços torna-se nula.

comparativas, mas também pelas economias de escala (OLIVEIRA, 2007, p. 12). Soares (2004, p. 55) explica que há três formas pelas quais os mercados imperfeitos estimulam o comércio internacional: concorrência monopolística, discriminação de preços internacionais (também chamado de *dumping*) e economias externas.

A estrutura mais comum dos mercados é a concorrência monopolística, onde há empresas suficientes para influenciarem a formação dos preços devido às economias de escala, mas não possuem poder suficiente para obter monopólio incontestável. De acordo com o Cláudio Soares (2004, p. 56):

"Quando procura diferenciar o seu produto do dos concorrentes, cada empresa age como se fosse um monopolista e, dessa forma, assume que os compradores não vão comparar preços com os produtos dos concorrentes por causa dessa diferenciação."

Na concorrência monopolística, o comércio fica dividido em comércio intraindústria (dentro do mesmo setor) e comércio interindústria (entre diferentes setores), sendo a vantagem comparativa refletida apenas pelo segundo (KRUGMAN; OBSTFELD, 2010, p. 98). Conforme a teoria de Krugman, "(...) a importância relativa do comércio intraindústria e do comércio interindústria depende do grau de semelhança entre os países." (KRUGMAN; OBSTFELD, 2010, p. 99). Soares (2004, p. 56) afirma que as economias de escala podem se manifestar no comércio intraindústria, sendo assim fonte independente de comércio internacional. De acordo com Eduardo Coutinho (2005, p. 105):

"A vertente teórica que privilegia a existência de economias de escala afirma que os custos da empresa ou do mercado se reduzem à medida que aumenta a quantidade produzida, o que leva à formação, não de um mercado de concorrência perfeita, mas de um mercado no qual as firmas tenham um certo grau de poder. Assim, cada país produziria uma variedade restrita de bens, beneficiando-se dos retornos crescentes de escala, sem sacrificar, contudo, a variedade no consumo possibilitada pelo comércio internacional. Dessa forma, países idênticos em suas dotações de fatores e gostos podem, mesmo assim, ganhar com o comércio."

A discriminação internacional de preços – ou *dumping* – ocorre quando empresas com certo poder monopolístico vendem seus produtos no mercado externo por preços menores do que os praticados no mercado interno surgindo, desta forma, comércio entre os países envolvidos, mesmo que não houvesse diferença nos preços desde o início (SOARES, 2004, p. 57). Para Krugman (2010, p. 105) o efeito do

comércio bilateral baseado no *dumping* é o aumento do volume do comércio de bens não completamente idênticos. A discriminação internacional de preços é uma prática desleal e não recomendada no comércio internacional (SOARES, 2004, p. 57).

Krugman e Obstfeld (2010, p. 105) definem economias externas como "(...) economias de escala (que) se aplicam ao nível setorial, em vez de ao nível das empresas individualmente (...)". Segundo Marshall (1980; apud KRUGMAN; OBSTFELD, 2010, p. 105) um conglomerado de empresas – também conhecido como *cluster* – pode ser mais eficiente que uma empresa individual por três motivos: 1) conglomerado possui mais acesso a fornecedores especializados; 2) a proximidade geográfica possibilita um mercado comum de trabalho, e; 3) a proximidade das empresas possibilita o compartilhamento de conhecimento entre os trabalhadores.

O grande benefício da teoria de Krugman sobre o comércio internacional – levando em consideração os mercados imperfeitos e as economias de escala – é a maior proximidade da realidade, bem como maior abrangência na explicação dos padrões de comércio quando contrapostas às teorias anteriores.

3.3 ANÁLISE MACROECONÔMICA DA BALANÇA COMERCIAL

3.3.1 Determinantes das Importações

A importação é uma peça fundamental de uma economia aberta e pode ser definida como “(...) bens e serviços que os países estrangeiros vendem para nosso país.” (MANKIW, 2010, p. 22). Mas há outras definições que tentam ser um pouco mais específicas, como “(...) importação corresponde à demanda local por produtos estrangeiros, que não se produzem, inexistem ou não se vê competitividade em produzi-las no país importador.” (KASZNAR, 2009, p. 1).

De acordo com Istvan Kasznar (2009, p. 3), alguns dos motivos para um país decidir pela importação de produtos e serviços são:

- Importações representam o complemento daqueles bens e serviços que não são produzidos localmente;
- Podem ser fonte de tecnologia e *know-how* que o país importador é carente;

- Sinaliza o que se inova, se produz de adicional e que inexistia na produção nacional;
- Aumentam a diversidade e disponibilidade de bens e serviços ao consumidor;
- Permitem a competição entre produtores locais e estrangeiros, diversificando e aumentando a oferta para o consumidor, sendo este último o maior beneficiário;
- Evita a variabilidade de preços estabelecidos por poucos produtores domésticos (principalmente em casos de monopólio e oligopólio);
- Demonstram parceria e aliança com os países que importam nossos produtos, já que as importações são a contraparte das exportações.

No entanto, as importações nem sempre são algo positivo para a economia. De acordo com Mankiw (2010, p. 96), o processo ocorre da seguinte forma:

“(...) o investimento excede a poupança, o excedente de investimentos deve ser financiado por meio de empréstimos tomados de países estrangeiros. Esses empréstimos externos nos permitem importar mais bens e serviços do que exportamos. Ou seja, estamos incorrendo em um déficit comercial.”

Apesar de vários economistas serem a favor de teorias como as apresentadas anteriormente, ainda há aqueles que são um pouco mais cautelosos a respeito das importações e defendem medidas para diminuir a dependência destas. Um exemplo muito comum disto são as tarifas às importações que tem como objetivo aumentar o custo dos bens importados para proteger os setores nacionais (KRUGMAN, OBSTFELD, 2010).

A importação está inserida em um modelo macroeconômico, que é a equação para a determinação da demanda por bens de um país em uma economia aberta. Desta forma, temos a seguinte equação:

$$Z \equiv C + I + G + (X - IM) \quad (1)$$

Onde Z representa a demanda por bens pelos consumidores de um determinado país, C o consumo, I o investimento, G o gasto do governo e $(X - IM)$ a balança comercial (exportações líquidas), onde X equivale às exportações e IM às importações (BLANCHARD, 2007, p.44).

Blanchard (2007, p. 373) afirma que, sendo as importações “(...) parte da demanda doméstica que recai sobre produtos estrangeiros”, seus determinantes são a taxa real de câmbio (ϵ) e a renda doméstica (ou produto doméstico, Y). Pode-se escrever essa relação como:

$$IM = IM(Y, \epsilon) \quad (2)$$

Há uma relação positiva entre as variáveis produto doméstico e taxa real de câmbio em relação às importações. Desta forma, se a renda doméstica aumentar (diminuir), as importações também aumentarão (diminuirão). A mesma coisa vale para a taxa de câmbio real: quanto mais caros os bens domésticos em relação aos bens estrangeiros (ou seja, quanto maior a taxa de câmbio real), maior serão as importações, por exemplo.

A taxa real de câmbio é definida por Mankiw (2010, p.106) como a taxa que:

“(...) corresponde ao preço relativo dos bens de dois países. Ou seja, a taxa de câmbio real nos informa a taxa com base na qual podemos trocar bens de um país por bens de um outro país específico. A taxa de câmbio real é, algumas vezes conhecida como *termos de comércio* ou *termos de troca*.”

Resumidamente, esta taxa pode ser definida como a multiplicação da taxa nominal de câmbio¹⁰ (e) e as proporções entre os níveis de preços domésticos e estrangeiros (P/P^*) (MANKIW, 2010, p. 106):

$$\epsilon = e \cdot (P/P^*) \quad (7)$$

Sendo P o nível de preços doméstico e P^* o nível de preços estrangeiros.

3.3.2 Determinantes das Exportações

A importância dada às exportações na economia internacional é enorme desde os primórdios das trocas entre nações. Os mercantilistas, que vigoraram entre o século XV e meados do século XVIII, viam nas exportações a fonte principal de bem-estar da

¹⁰Preço relativo das moedas correntes de dois países (MANKIW, 2010, p.105).

nação, já que esta possibilitava o aumento de metais preciosos (CARVALHO, 2002, p. 4). Maria Auxiliadora (2002, p. 4) afirma que “(...) o governo deveria estimular as exportações e dificultar ao máximo – ou até mesmo proibir terminantemente – as importações”.

As exportações levam ao aumento da balança de pagamentos e estimulam a produção nacional. Sobre as exportações, Williamson (1996, p. 19) afirma que:

“Há ocasiões em que a demanda realmente fica aquém da capacidade de produção e, neste, caso, a maior demanda originada pelo aumento das exportações (...) deve ser bem-vista. Há ocasiões em que um país está tendo dificuldades de equilibrar suas contas externas, vendo, assim, com bons olhos, um excedente em seu comércio exterior. Mesmo um país não tendo qualquer necessidade imediata dos recursos em divisas auferidos com um excedente poderá gostar de acumulá-los, tendo em vista a flexibilidade que isso permitirá no futuro”.

De acordo com Blanchard (2007, p. 373), as exportações podem ser definidas como “(...) parte da demanda estrangeira que recai sobre os bens domésticos”, ou ainda, “(...) valor de bens e serviços vendidos para outros países” (MANKIWI, 2010, p. 22). Pensado desta forma, pode-se concluir que as exportações domésticas nada mais são do que as importações estrangeiras, sendo todos os benefícios explicados na seção anterior. De acordo com Coelho e Oliveira (2005, p. 1):

“A exportação é um fator importante para o crescimento da economia de um país, pois ela é uma variável, que somada com consumo, investimentos, gastos com o governo, menos importação, determinam o Produto Interno Bruto de um País (PIB).”

Como as exportações são vistas como algo positivo em geral, alguns países optam por darem incentivos ao setor exportador. Um exemplo são os subsídios às exportações, que são o “(...) pagamento a uma empresa ou indivíduo que envia um bem ao exterior.” (KRUGMAN; OBSTFELD, 2010, p. 145).

Assim como as importações, as exportações estão inseridas em um modelo macroeconômico que determina a demanda por bens de um país, assim como exposto na fórmula (1). Desta forma, as exportações influenciam positivamente a balança comercial, que nada mais é do que a diferença entre exportações e importações (BLANCHARD, 2007, p. 352).

A função de exportação pode ser descrita, de acordo com Blanchard (2007, p. 373), como:

$$X = X(Y^*, \varepsilon) \tag{3}$$

Sendo Y^* a renda estrangeira (ou produto estrangeiro) e ε a taxa real de câmbio. A relação positiva entre a variável produto estrangeiro e as exportações afirma que uma renda estrangeira maior (menor) aumenta (diminui) as exportações. Já a relação negativa entre a variável taxa real de câmbio e exportações significa que um aumento (diminuição) desta resultará em uma diminuição (aumento) das exportações domésticas.

4. COMÉRCIO EXTERIOR DE SANTA CATARINA ATÉ OS ANOS 2000

A história econômica do estado catarinense difere das outras regiões brasileiras. No período colonial, constituía-se tão somente em um caminho de passagem entre São Vicente (São Paulo) e o Estuário da Prata. A ocupação urbana iniciou-se somente no século XVII com o surgimento de algumas cidades, a exemplo de Florianópolis (1650) e Laguna (1676). O papel desempenhado por Santa Catarina neste período era o de território de passagem e fornecedor de certos bens para o centro dinâmico e exportador do país (MATTEI, 2011, p. 1).

A dinâmica econômica do estado neste período, quando comparada a outras regiões, era inexpressiva. Até o final do século XVIII “configurou-se um sistema econômico de subsistência local desintegrado no âmbito do estado e assentado na pesca e na produção de gêneros alimentícios básicos (litoral) e na pecuária extensiva (planalto).” (MATTEI, 2011, p. 4).

A configuração demográfica e econômica alterou-se a partir do meio do século XIX, impulsionada por políticas de imigração do governo brasileiro – consequência da abolição da escravatura. Os anos entre 1850 e 1880 marcaram um dos maiores afluxos de imigração na colonização de Santa Catarina (LENZI, 2000, 68-69 p.). Conforme Goularti Filho (2002, p. 980), “Com a chegada de novos e de mais imigrantes a Santa Catarina, a ocupação e a fundação de novos núcleos coloniais começaram a se dispersar, saindo do eixo norte-Vale, chegando até o sul da província”.

A nacionalidade predominante dos imigrantes que se destinavam ao estado catarinense era alemã e italiana, originados de regiões industrializadas da Europa, influenciando empreendimentos industriais em Santa Catarina (LENZI, 2000, p.69). Segundo Goularti Filho (2002, p. 979), no período situado entre 1880 e 1945:

“(…) nasceram e expandiram-se a indústria têxtil em Blumenau e Brusque, a extração da erva-mate no planalto norte, a do carvão no sul, a da madeira e a produção alimentar em todo o Vale do Itajaí. Esse período também se destacou pela chegada dos imigrantes, com a fundação de vários núcleos coloniais, pela expansão da fronteira agrícola no oeste, pela construção de importantes ferrovias e pela atuação das companhias colonizadoras.”.

Conforme este mesmo autor, entre os anos de 1915 a 1929, ocorreu aumento significativo das exportações dos principais produtos catarinenses para o mercado interno, devido a fatores como: expansão do complexo cafeeiro e suas consequências na expansão urbana de São Paulo; surgimento de novas indústrias ligadas ao setor metal-mecânico e químico nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, resultando em uma forte diversificação econômica na década de 1920; construção de ferrovias que integraram a região Sul e Sudeste e de ferrovias que ligavam o interior de Santa Catarina aos portos; entre outros. Goularti Filho afirma que:

“o salto que a economia catarinense deu nos anos 30 e 40 só pode ser explicado pelo forte engajamento que o Estado teve com a economia nacional, principalmente a paulista, que estava em um processo acelerado de formação de um parque industrial integrado. Os estados que estavam mais próximos da economia paulista e que tinham estruturas socioeconômicas mais avançadas (ou seja, um setor comercial e um parque industrial minimamente articulados e uma estrutura de transporte básica, como os Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) do que as das antigas regiões produtoras (...) rapidamente se ajustaram às demandas paulistas pós 30. (...) Ao mesmo tempo em que a indústria paulista nascia e se consolidava, a catarinense caminhava paralelamente.” (GOULARTI, FILHO, 2002, p. 985).

A partir da década de 1940, as indústrias do estado vivenciaram ampliação e renovação – os setores carbonífero e têxtil aumentaram suas capacidades produtivas e o setor de alimentos se expandiu, dando origem ao complexo agroindustrial –, além de diversificação – surgimentos de indústrias de papel, pasta e celulose no planalto, além da indústria metal-mecânica em Joinville. Desta forma, entre os anos de 1945 e 1962, houve expansão dos setores tradicionais catarinenses e diversificação da indústria do estado, sendo que a partir do ano de 1962 ocorreram profundas alterações no padrão de crescimento de Santa Catarina, cuja economia passou a ser planejada por órgãos governamentais (GOULARTI FILHO, 2002, 986-990 p.).

De acordo com Marco Antônio Mirandola (2003, p. 27), a participação do estado na produção industrial brasileira passou de 2,3% no ano de 1939 para 4,2% em 1980. O final da década de 1980 e início da década de 1990 foram marcados por um processo gradual de abertura econômica do Brasil, influenciado pelo Consenso de Washington, acarretando em aumento significativo das importações, contrapondo-se à política das décadas anteriores – política de proteção à indústria nacional (SEABRA; AMAL, 2010, 256-257 p.). Estes processos ocasionaram impactos na economia catarinense. Segundo Lauro Mattei e Hoyêdo Lins (2001, p. 32):

“Na virada para os anos 90, as mudanças no marco regulatório – sintetizadas na abertura comercial – produziram efeitos, consideráveis na estrutura produtiva do Estado. O aumento da ‘contestabilidade externa’, representada pela avalanche de importações e posteriormente amplificada pela política de câmbio do Plano Real, forçou a reestruturação de numerosas empresas, de diversos tamanhos, rumo à modernização tecnológica e organizacional.”

Assim, as empresas catarinenses foram forçadas a modernizar-se para obterem melhor desempenho, através de importações de insumos e máquinas e equipamentos atualizados tecnologicamente, além de parcerias internacionais entre empresas de pequeno e médio porte (LINS; MATTEI, 2001, p. 36). Desta forma, as empresas que conseguiram manter-se no mercado obtiveram ganhos de produtividade e se tornaram mais ágeis e flexíveis (FIESC, 2012, p. 6). Após a abertura econômica brasileira, a indústria continua sendo a base da economia catarinense, refletindo “(...) uma estrutura industrial consideravelmente diversificada em termos produtivos e regionais (...)” (MATTEI, 2011, p. 12).

Lauro Mattei (2011, 5-11 p.) explana as dinâmicas econômicas das diversas regiões do estado catarinense, englobando o período da colonização à atualidade. Para tal, vale-se da classificação em mesorregiões: Grande Florianópolis, Planalto Serrano, Norte, Vale do Itajaí, Sul e Oeste.

Na mesorregião da Grande Florianópolis, as atividades no período colonial eram a pesca e agricultura de subsistência, com especialização em mandioca, milho, arroz e feijão. No século XIX instalou-se uma fábrica de pregos e bordados na cidade de Florianópolis, esboçando o início da indústria na região. O setor terciário foi o que mais cresceu ao longo dos anos, principalmente as atividades ligadas ao turismo. O setor primário foi pouco expressivo na região, assim como o setor secundário, apesar de existirem indústrias de pequeno porte em vários setores, a exemplo de alimentos, têxtil e confecções, minerais não-metálicos, etc.

O Planalto Serrano foi um centro pecuário, com predomínio de médias e grandes propriedades, sendo o sistema econômico baseado na pecuária extensiva e na exploração de madeira nativa. No setor primário, a região destacou-se nas culturas de alho, milho, maçã, feijão, batata e soja. O setor secundário enfrentou uma crise na indústria madeireira nas décadas de 1970 e 1980, mas recuperou-se parcialmente, sobretudo pela implantação e melhoria das indústrias de papel e celulose.

A mesorregião Norte – principalmente o Litoral – possuía a agricultura de subsistência como base econômica, cujo excedente era comercializado no mercado interno. As principais atividades da região eram o mate e a madeira. A partir destas duas, desenvolveram-se outras atividades industriais:

“(…) emergem um conjunto de atividades complementares ligadas ao processamento, transporte e comércio dessas mercadorias [mate e madeira], que estão na base da industrialização, processo este que é impulsionado fortemente no final do século XIX com a chegada de novos imigrantes, em sua maioria de origem alemã, e com a instalação da indústria têxtil e metal-mecânica. Assim, nota-se que houve um enorme crescimento do ramo metalúrgico a partir da instalação de uma série de indústrias (fábricas de artefatos de metal, fábricas de parafusos, fábrica de pregos, de arame farpado, fogões de ferro, etc.) e do ramo têxtil com a instalação de empresas de grande porte no setor de malharia. Posteriormente ocorreu ampliação do parque industrial, com destaque para a instalação de empresas de motores elétricos, de refrigeradores, de produtos sanitários, de carrocerias de automóveis, de produtos farmacêuticos, etc. Com isso, a região se tornou no polo industrial mais dinâmico do estado com uma estrutura bastante diversificada e articulada ao centro do país.” (MATTEI, 2011, p. 7).

Na mesorregião do Vale do Itajaí, as indústrias têxtil e de alimentos foram as primeiras a serem desenvolvidas. No período pós-guerra, o setor secundário intensificou-se na região, sendo implementadas as indústrias metalúrgica, fumageira, alimentícia e da madeira. Há, no entanto, diferenças entre as microrregiões contidas na mesorregião – Alto Vale do Itajaí, Médio Vale e Baixo Vale. A atividade agropecuária preponderou na primeira região, o Alto Vale do Itajaí; no Médio Vale, as indústrias constituem a principal atividade econômica; a terceira região, o Baixo Vale, sobressaiu-se pela conexão ao porto de Itajaí e ao complexo turístico. Na agricultura da mesorregião destacam-se as seguintes culturas: milho, arroz, fumo, banana e cebola. Enquanto na indústria, os principais setores estão ligados ao têxtil e confecção, mecânica, metal-mecânica, materiais elétricos, fumo, entre outros.

O Sul catarinense possuiu a agricultura como principal atividade econômica no início da colonização. A exploração carbonífera também destacou-se até os anos de 1980, porém esta atividade entrou em colapso na década seguinte com a liberalização das importações nacionais. Concomitante à exploração carbonífera, a região exibiu diversificação em sua produção. O Sul do estado destaca-se na produção de milho, arroz, fumo, leite e criação de suínos e aves. O setor secundário da mesorregião possui conta com grande diversificação, destacando-se as indústrias do ramo não-metálico – principalmente a cerâmica –, metalúrgica, química, vestuário, etc.

O Oeste catarinense foi a última região a ser colonizada no estado, observando ocupação mais intensa a partir de meados do século XX. A madeira foi o principal produto da região, mas a agricultura básica e a criação de animais para atividades e para a alimentação também possuíram relevância para o Oeste, pois, devido ao desenvolvimento destas atividades, a região transformou-se no principal centro agroindustrial do estado. O setor primário ainda predomina no Oeste e os principais produtos são milho, arroz, feijão, mandioca, soja, fumo, maçã, suínos e aves, etc. Apesar da indústria ser mais expressiva no segmento alimentar, existem também indústrias madeireiras e de máquinas e equipamentos.

Exposto o panorama geral das diferentes regiões do estado, faz-se necessário o entendimento da dinâmica do comércio exterior de Santa Catarina antes da virada do século. Sendo o objetivo deste trabalho a análise da economia internacional catarinense na década de 2000. Designou-se o ano de 1999 como ano-base para parte das análises realizadas subsequentemente, por ser o ano anterior ao período-chave do estudo.

A Figura 1 mostra a relação entre importações, exportações e balança comercial catarinenses entre os anos de 1989 a 1999.

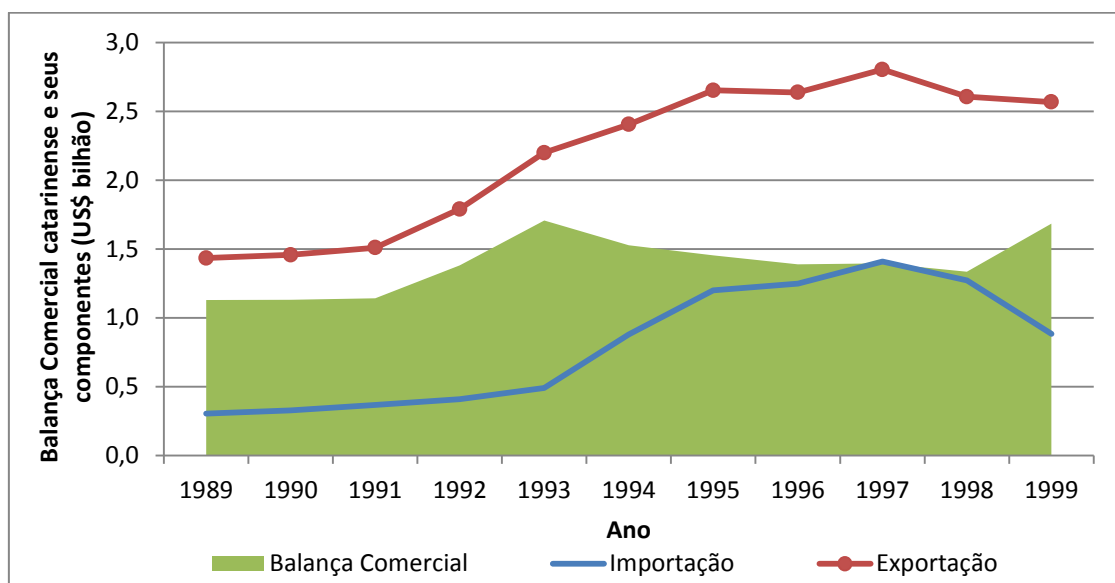


Figura 1: Importação, Exportação e Balança Comercial de Santa Catarina.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MDIC.

A partir da análise do gráfico percebe-se que as exportações são substancialmente maiores comparadas às importações, ocasionando uma balança comercial positiva. De acordo com Lauto Mattei (2011, p. 16):

“Os dados do período entre 1991 e 2005 mostram uma tendência de expansão das exportações catarinenses, com reflexos no aumento da participação do estado no agregado nacional. Em grande medida, isso ocorreu em virtude da diversificação da pauta e do aumento de competitividade dos principais produtos nos mercados externos.”

Na metade dos anos 1980, o Produto Interno Bruto (PIB) catarinense experimentou queda, esboçando recuperação a partir de 1988, com leves oscilações. O PIB do estado apresentou trajetória ascendente na década de 1990, sendo que, neste período, “(...) o estado de Santa Catarina apresentou um crescimento médio anual da ordem de 3%, enquanto a taxa média de crescimento do PIB do país não ultrapassou a 2% ao ano.” (MATTEI, 2011, p. 12). Essa trajetória pode ser observada na Figura 2.

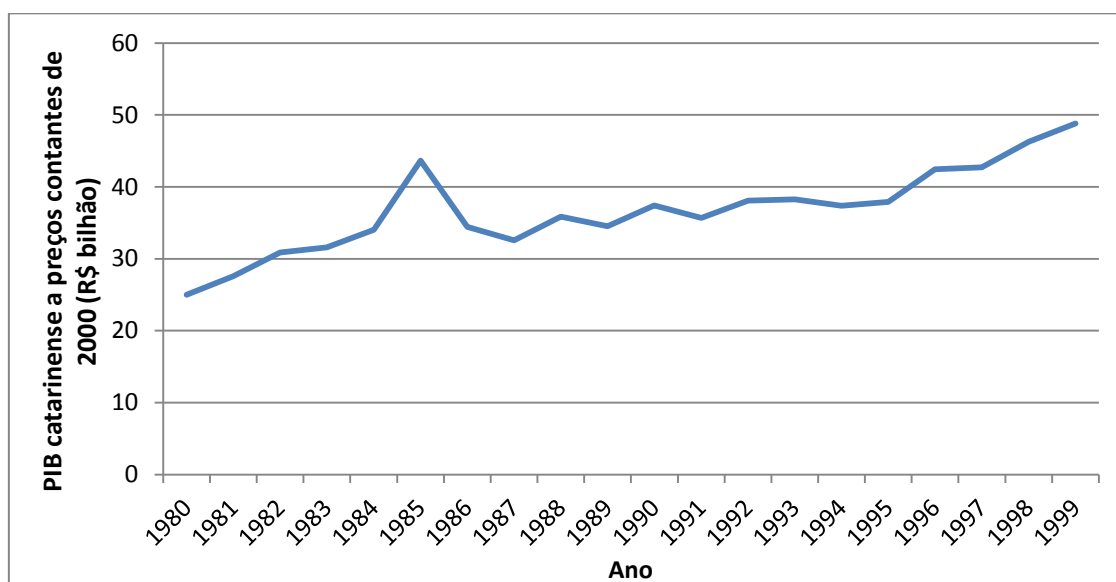


Figura 2: PIB catarinense, entre os anos de 1980 e 1999.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do ipeadata.

Conforme dados obtidos através do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), os principais destinos das exportações catarinenses no ano de 1999 foram os Estados Unidos, Argentina e Alemanha. Neste mesmo ano, os principais blocos econômicos que importaram produtos do estado foram a União Europeia (UE), os Estados Unidos (incluindo Porto Rico) e o Mercado Comum do Sul (Mercosul). As Tabelas 3 e 4 ilustram os cinco principais países e os principais blocos econômicos que importaram produtos de Santa Catarina em 1999, respectivamente.

Tabela 3: *Ranking* dos principais destinos das exportações catarinenses, por país, em 1999.

| 1999 (Jan/Dez) | | | |
|----------------|----------------|-------------|------------------|
| Posição | Países | US\$ FOB | Participação (%) |
| 1. | Estados Unidos | 646.894.077 | 25,2 |
| 2. | Argentina | 266.864.682 | 10,4 |
| 3. | Alemanha | 187.811.866 | 7,3 |
| 4. | Reino Unido | 144.053.165 | 5,6 |
| 5. | Japão | 112.303.199 | 4,4 |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados MDIC/SECEX.

Tabela 4: *Ranking* dos principais destinos das exportações catarinenses, por bloco econômico, em 1999.

| 1999 (Jan/Dez) | | | |
|----------------|---------------------------------------|-------------|------------------|
| Posição | Blocos Econômicos | US\$ FOB | Participação (%) |
| 1. | União Europeia | 677.534.564 | 26,39 |
| 2. | Estados Unidos (inclusive Porto Rico) | 672.349.791 | 26,19 |
| 3. | Mercosul | 375.840.484 | 14,64 |
| 4. | Ásia (exclusive Oriente Médio) | 254.880.822 | 9,93 |
| 5. | ALADI (exclusive Mercosul) | 153.800.015 | 5,99 |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados MDIC/SECEX.

Os três principais países de origem das importações de Santa Catarina no ano de 1999 não diferem dos principais destinos dos produtos catarinenses – a saber, Argentina, Estados Unidos e Alemanha – diferindo apenas pela inversão na posição dos dois primeiros postos do *ranking*. O mesmo ocorre com os blocos econômicos, sendo os três primeiros colocados a União Europeia, Mercosul e Estados Unidos (inclusive Porto Rico), respectivamente. As Tabelas 5 e 6 ilustram, respectivamente, os cinco principais países e os cinco principais blocos econômicos que originam as importações catarinenses.

Tabela 5: *Ranking* das principais origens das importações catarinenses, por país, em 1999.

| 1999 (Jan/Dez) | | | |
|-----------------------|----------------|-----------------|-------------------------|
| Posição | Países | US\$ FOB | Participação (%) |
| 1. | Argentina | 106.459.858 | 12,08 |
| 2. | Estados Unidos | 104.353.322 | 11,84 |
| 3. | Alemanha | 100.123.534 | 11,36 |
| 4. | Itália | 81.260.299 | 9,22 |
| 5. | Paraguai | 65.296.986 | 7,41 |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados MDIC/SECEX.

Tabela 6: *Ranking* das principais origens das importações catarinenses, por bloco econômico, em 1999.

| 1999 (Jan/Dez) | | | |
|-----------------------|---------------------------------------|-----------------|-------------------------|
| Posição | Principais Blocos Econômicos | US\$ FOB | Participação (%) |
| 1. | União Europeia | 325.882.105 | 36,99 |
| 2. | Mercosul | 212.014.708 | 24,06 |
| 3. | Estados Unidos (inclusive Porto Rico) | 104.357.822 | 11,85 |
| 4. | Ásia (exclusive Oriente Médio) | 119.573.246 | 13,57 |
| 5. | ALADI (exclusive Mercosul) | 30.683.584 | 3,48 |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados MDIC/SECEX.

Em conformidade com dados obtidos através da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC, 2004, p. 70), no período de 1993 a 2000, Santa Catarina se posicionou na quinta colocação do *ranking* dos principais estados exportadores nacionais, excetuando-se os anos de 1995 e 2000, nos quais o estado ocupou a sexta posição. A Figura 3 demonstra as principais exportações catarinenses por fator agregado nos anos de 1980 a 1999.

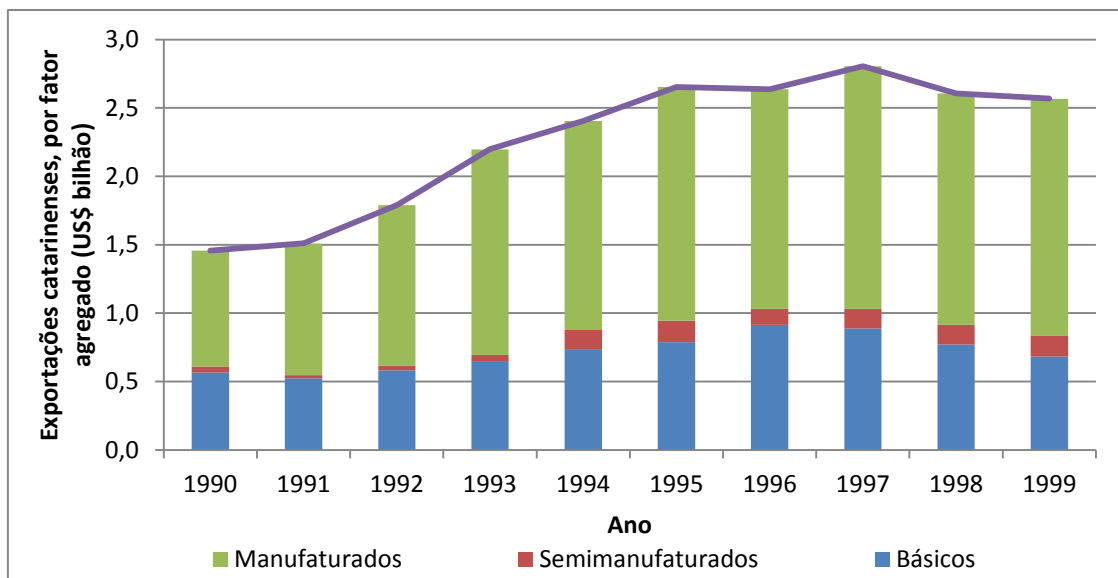


Figura 3: Exportações catarinenses, por fator agregado, entre os anos de 1990 e 1999.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados MDIC e FIESC.

Nota-se, através da análise do gráfico, a predominância dos produtos manufaturados na pauta exportadora catarinense durante o período analisado. Os produtos básicos possuíram participação crescente nas exportações catarinenses até meados da década de 1980, entretanto ocorreu declínio desta participação a partir de 1985 (MATTEI, 2011, p.17). Na Figura 3, ainda é possível observar crescimento das exportações de produtos básicos entre os anos de 1992 e 1996, ano este em que as exportações de produtos primários iniciaram novo declínio.

O relatório elaborado pela FIESC sobre o comércio internacional, em 2001, demonstra os principais produtos exportados pelo estado no ano de 1999. O principal produto foi o motocompressor hermético, seguido pelos pedaços e miudezas comestíveis de galos/galinhas e carnes de galos/galinhas não cortados em pedaços. A Tabela 7 ilustra os cinco principais itens da pauta exportadora catarinense no período.

Tabela 7: Ranking dos principais produtos exportados por Santa Catarina no ano de 1999.

| 1999 | | |
|---------|--------------------------------------------------------|-----------------------|
| Posição | Produtos | Exportação (US\$ FOB) |
| 1. | Motocompressor hermético capacidade < 4.700 | 264.816.650 |
| 2. | Pedaços e miudezas comestíveis de galos/galinhas | 241.290.944 |
| 3. | Carnes de galos/galinhas não cortados em pedaços | 137.292.395 |
| 4. | Roupas de toucados/cozinha, de tecido atoalhado | 130.463.935 |
| 5. | Outros ladrilhos, etc. de cerâmica, vidrados e esmalte | 103.641.388 |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da FIESC.

A Figura 4 mostra as principais importações do estado catarinense por fator agregado, entre os anos de 1991 a 1999. Observa-se que as importações seguem a mesma tendência das exportações, na qual o setor industrial ainda predomina na pauta importadora. Entre os produtos industrializados, nota-se a expressiva significância dos produtos manufaturados em relação aos semimanufaturados. Esta tendência de maior importância dos primeiros em relação aos segundos também foi observada nas exportações catarinenses.

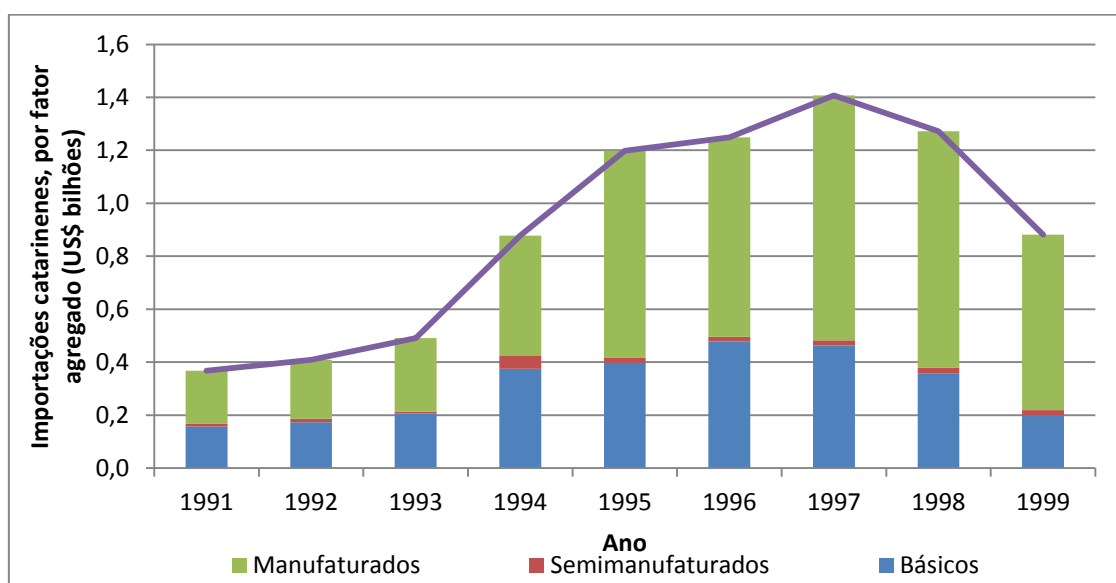


Figura 4: Importações catarinenses, por fator agregado, entre os anos de 1991 e 1999.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados MDIC.

Analisando as principais importações catarinenses em 1999, por produto, pode-se perceber que “Santa Catarina importa, principalmente, insumos para os setores de

maior destaque na sua produção” (FIESC, 2001, p. 32). A Tabela 8 ilustra os cinco principais produtos importados pelo estado no ano em questão.

Tabela 8: *Ranking* dos principais produtos importados por Santa Catarina no ano de 1999.

| 1999 | | |
|---------|----------------------------------------------|-----------------------|
| Posição | Produtos | Importação (US\$ FOB) |
| 1. | Outros de algodão não cortado | 70.072.095 |
| 2. | Automóveis com motor explosão | 47.697.229 |
| 3. | Outras espécies de trigo e misturas de trigo | 25.777.791 |
| 4. | Outras maqs. e apars. mecânico | 10.205.325 |
| 5. | Outras espécies de milho, em grãos | 11.124.534 |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da FIESC.

O predomínio de insumos e matérias-primas na pauta importadora estadual manteve-se ao longo da década de 2000, como será demonstrado subsequentemente neste trabalho.

5. COMÉRCIO EXTERIOR DE SANTA CATARINA NA DÉCADA DE 2000

Inicialmente, este capítulo tratará do panorama geral do comércio exterior de Santa Catarina. Posteriormente analisará as modificações da balança comercial do estado, abordando individualmente a análise de importações e exportações.

O estado catarinense é tradicionalmente voltado à atividade exportadora. A base produtiva de Santa Catarina é predominantemente industrial com forte participação no comércio internacional. Durante a década de 1980 – conhecida como a “década perdida” – observou-se uma intensificação deste cenário, motivada pela crise que levou a indústria catarinense a buscar o mercado internacional como destino de sua produção (FIESC, 2012, p. 32).

A diversificação da indústria ao longo das últimas décadas do século XX permitiu ao estado conquistar espaço e transformar-se em referência para setores como alimentos, máquinas e equipamentos elétricos, móveis e outros, assim como setores mais tradicionais, a exemplo do têxtil e vestuário. Santa Catarina também se tornou o maior exportador do país em itens como móveis de madeira, motores elétricos e revestimentos cerâmicos. O principal produto exportado pelo estado atualmente é carne de frango, contabilizando aproximadamente 14% das exportações nacionais do produto (FIESC, 2012, p. 32).

Ao longo da década, o valor – em bilhões de reais – do PIB catarinense cresceu. Quando se analisa os dados acerca do PIB de Santa Catarina, percebe-se o movimento acentuado de crescimento desta variável ao longo do período analisado. O produto é uma das principais variáveis que influenciam a balança comercial, conforme abordado previamente. A Figura 5 apresenta o movimento do PIB catarinense com a balança comercial e suas componentes na década de 2000.

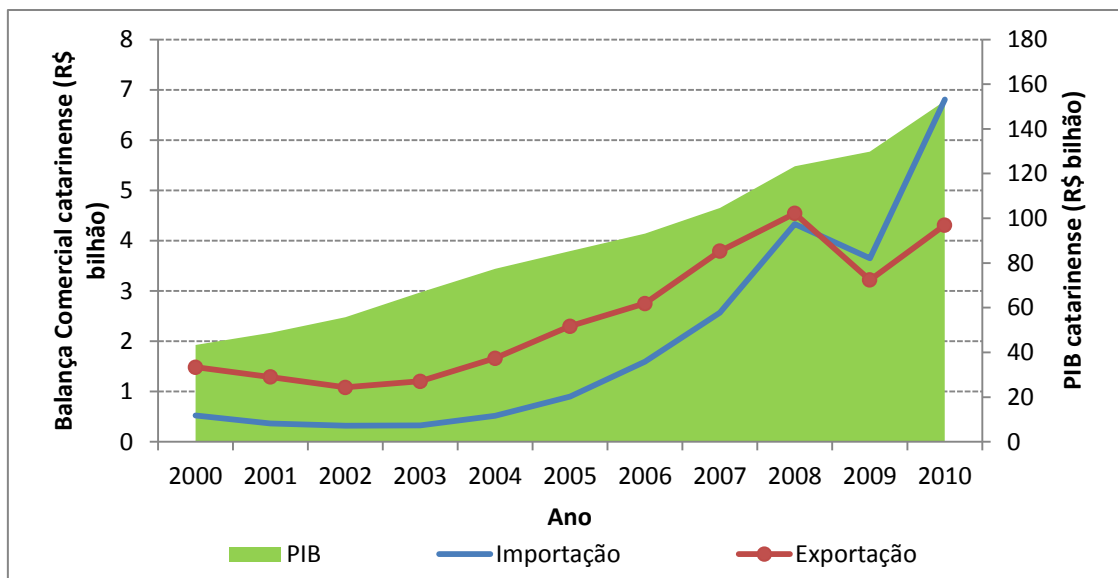


Figura 5: Exportação, Importação e PIB catarinenses, na década de 2000.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MDIC e do ipeadata.

As importações, exportações e PIB catarinenses mantiveram a mesma tendência ao longo da década, possuindo movimentos parecidos. Entretanto, a partir de 2005 observa-se um movimento mais acentuado das importações.

As exportações de Santa Catarina tiveram os Estados Unidos como principal destino ao longo da década de 2000. Países como Argentina, Japão e Alemanha também aparecem no *ranking* dos cinco principais países compradores de produtos catarinenses nos anos selecionados – 2000, 2005 e 2010 –, mas variam de posição ao longo dos anos. A Tabela 9 demonstra esse *ranking* em sua totalidade.

Tabela 9: Principais países compradores de produtos catarinenses, nos anos de 2000, 2005 e 2010, e suas participações no total das exportações catarinenses.

| Posição | 2000 | 2005 | 2010 |
|---------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 1. | Estados Unidos (25%) | Estados Unidos (24%) | Estados Unidos (12%) |
| 2. | Argentina (11%) | Rússia (10%) | Holanda (8%) |
| 3. | Alemanha (8%) | Argentina (6%) | Argentina (7%) |
| 4. | Reino Unido (5%) | Japão (5%) | Japão (6%) |
| 5. | Japão (4%) | Reino Unido (4%) | Alemanha (4%) |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da FIESC.

A configuração das principais origens das importações de Santa Catarina ao longo da década não difere substancialmente dos destinos das exportações do estado. A

Argentina se manteve como principal país que exporta para os catarinenses até o ano de 2007, quando a China tomou seu lugar no *ranking* dos principais países exportadores para o estado, fazendo com que os argentinos ocupassem a segunda posição (FIESC, 2008, p. 108). A Argentina manteve-se nesta colocação até o ano de 2009, caindo para a terceira em 2010, quando foi suplantada pelo Chile. A Tabela 10 ilustra o *ranking* das principais origens das importações catarinenses para os anos de 2000, 2005 e 2010.

Tabela 10: Principais países de origem das importações de Santa Catarina nos anos de 2000, 2005 e 2010, e suas participações no total das importações catarinenses.

| Posição | 2000 | 2005 | 2010 |
|----------------|----------------------|---------------------|---------------------|
| 1. | Argentina (17%) | Argentina (21%) | China (26%) |
| 2. | Estados Unidos (14%) | Chile (10%) | Chile (12%) |
| 3. | Alemanha (9%) | Estados Unidos (8%) | Argentina (9%) |
| 4. | Itália (8%) | China (8%) | Estados Unidos (7%) |
| 5. | Paraguai (7%) | Alemanha (6%) | Alemanha (4%) |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da FIESC.

Um dos principais motivos para a queda das importações originadas da Argentina é a chamada “retenção”, imposta pelo governo argentino, principalmente nas exportações de grãos, carnes e laticínios. Essa “retenção” nada mais é do que tributos às exportações criados para desestimular a venda internacional dos produtos agrícolas com o fim de abastecer o mercado doméstico argentino e manter os preços nacionais sob controle (APEX-BRASIL, 2008, p. 7).

Nos anos selecionados – 2000, 2005 e 2010 – as posições no *ranking* dos principais blocos econômicos compradores de produtos de Santa Catarina não alterou. A ordem é, do primeiro ao último: Nafta, União Europeia, Mercosul e Tigres Asiáticos. A Figura 6 demonstra comparativamente os blocos no período selecionado a partir do volume do fluxo das exportações e a participação – em porcentagem – de cada no total das exportações estado.

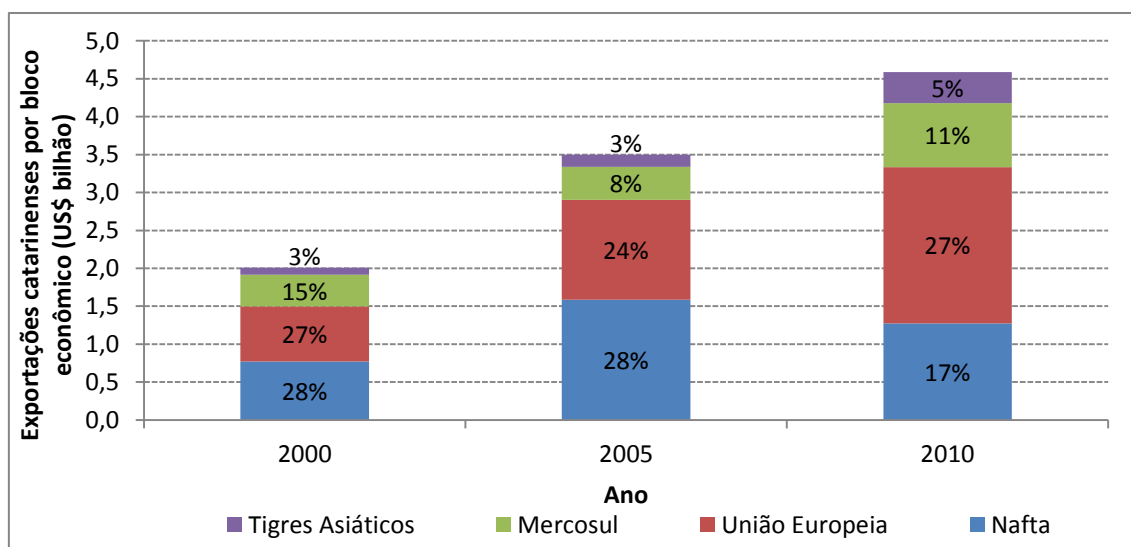


Figura 6: Exportações catarinenses por blocos econômicos e suas participações no total das exportações do estado, nos anos de 2000, 2005 e 2010.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da FIESC.

De acordo com a FIESC (2012, p. 39), a Ásia se destacou ao longo da década, tendo um significativo aumento em sua representatividade nas exportações catarinenses, passando de 8,56% em 2001 para 20,74% em 2011. Diferentemente dos Estados Unidos, que perderam espaço, reduzindo sua participação nas exportações do estado de 24,52% em 2001 para 11,16% em 2011.

A única mudança perceptível no *ranking* entre as importações catarinenses por bloco econômico foi a troca de posição entre União Europeia e Mercosul, nos anos de 2000 e 2005, sendo que os países do bloco econômico europeu perderam espaço para os países da América Latina. Desta forma, os principais blocos foram: União Europeia, Mercosul, Nafta e Tigres Asiáticos.

A Figura 7 ilustra melhor como as importações catarinenses por bloco econômico se comportaram ao longo da década, além de mostrar a participação de cada bloco no total das importações de Santa Catarina. O crescimento das importações foi expressivo ao longo dos anos, evidenciando um aumento nestas durante a década estudada. A taxa de crescimento para o Mercosul nos os anos de 2000 e 2010 foi de aproximadamente 418%. Para a União Europeia esta taxa equivaleu a aproximadamente 395% e para o Nafta correspondeu a 662%. A maior taxa de crescimento foi a dos Tigres Asiáticos, cuja elevação ficou em torno de 1.203% entre os anos de 2000 e 2010.

Este aumento das importações dos países asiáticos foi uma tendência persistente durante os anos 2000, tanto no estado quanto no Brasil. Conforme o relatório da FIESC,

um dos motivos para o aumento das importações advindas dos países asiáticos para Santa Catarina foi o fato de parte considerável das importações brasileiras entrarem pelos portos catarinenses, sendo posteriormente repassadas para outras regiões (FIESC, 2012, p. 35).

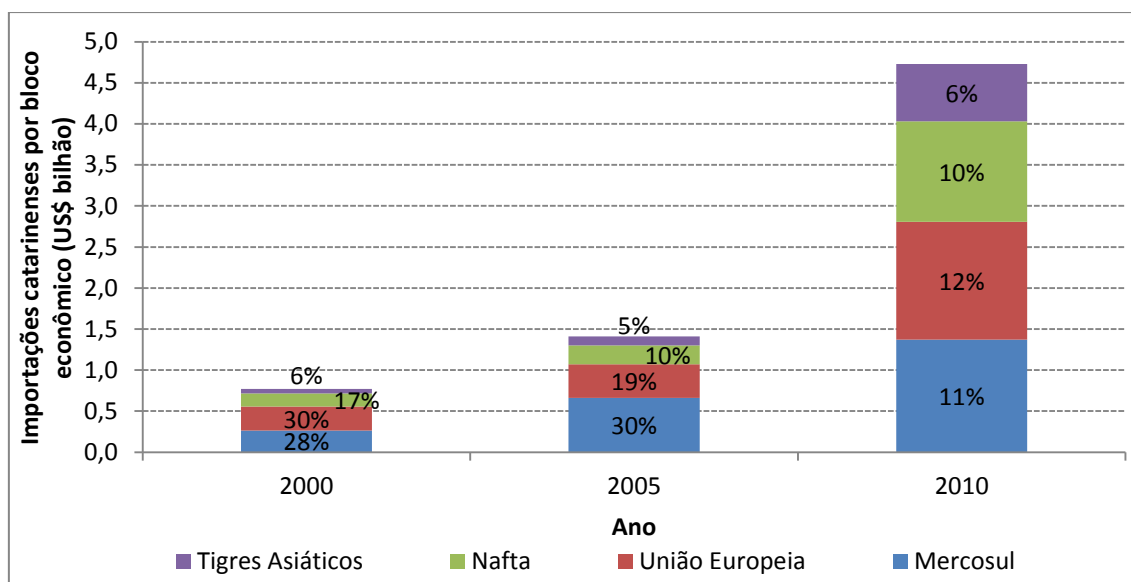


Figura 7: Importações catarinenses por bloco econômico e suas participações no total das importações do estado, nos anos de 2001, 2005 e 2010.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da FIESC.

A Tabela 11 lista os cinco principais municípios exportadores de Santa Catarina para os anos selecionados (2000, 2005 e 2010). Pode-se perceber que quatro municípios aparecem nos três anos: Joinville, Blumenau, Itajaí e Jaraguá do Sul.

Tabela 11: *Ranking* dos principais municípios exportadores de Santa Catarina nos anos 2000*, 2005 e 2010.

| Posição | 2000 | 2005 | 2010 |
|---------|----------------------|------------------|----------------------|
| 1. | Joinville | Itajaí | Itajaí |
| 2. | Blumenau | Joinville | Joinville |
| 3. | São Francisco do Sul | Blumenau | Jaraguá do Sul |
| 4. | Itajaí | Jaraguá do Sul | Blumenau |
| 5. | Jaraguá do Sul | São Bento do Sul | São Francisco do Sul |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados FIESC e MDIC.

**Ranking* de 2000 foi feito a partir dos dados dos principais municípios do estado.

Na região Norte, onde se situam as cidades de Joinville e Jaraguá do Sul, o setor primário foi pouco expressivo, sendo o setor secundário a principal atividade econômica da região. A indústria do Norte é altamente diversificada e competitiva. As exportações do Norte catarinense concentram-se principalmente em produtos dos segmentos de alimentos (neste caso são produtos da indústria alimentar), fumo e seus manufaturados, compressores e exaustores, motores, etc. (MARCOS, 2012, 57-65 p.).

Na região do Vale do Itajaí, onde se localizam os municípios de Itajaí e Blumenau, os setores primário e secundário são diversificados. O primeiro se destaca na produção de milho, arroz, fumo, banana, cebola e leite, além da criação de frangos, suínos e bovinocultura. A indústria é bastante especializada e diversificada, com atuação em setores como têxtil e confecções, mecânica, metal-mecânica, materiais elétricos, etc. (MARCOS, 2012, p. 110).

Dados dos relatórios da FIESC (2011) mostram os principais municípios importadores do estado nos anos selecionados, expostos na Tabela 12. As três cidades que aparecem em todos os anos no *ranking* são Joinville, Florianópolis e Itajaí.

Tabela 12: *Ranking* dos principais municípios importadores de Santa Catarina nos anos de 2001, 2005 e 2010.

| Posição | 2001 | 2005 | 2010 |
|----------------|----------------|----------------|----------------------|
| 1. | Joinville | Itajaí | Itajaí |
| 2. | Itajaí | Joinville | Joinville |
| 3. | Blumenau | São José | Florianópolis |
| 4. | Jaraguá do Sul | Florianópolis | Blumenau |
| 5. | Florianópolis | Jaraguá do Sul | São Francisco do Sul |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados MDIC e FIESC.

Joinville, situada na região Norte, importou principalmente, na década de 2000, produtos químicos inorgânicos, plásticos, metais, produtos de ferro, ferro fundido, aço, máquinas, aparelhos eletrônicos, etc. A maior parte dos produtos importados pela mesorregião Norte são insumos para as indústrias locais, como a eletro-metal-mecânica (MARCOS, 2012, 66-69 p.).

Florianópolis faz parte da mesorregião denominada Grande Florianópolis e suas principais importações nos anos 2000 foram: plásticos e suas obras, borracha e suas obras, aparelhos de ar condicionado, máquinas e equipamentos elétricos e eletrônicos (principalmente produtos de telefonia e telegrafia), etc. Tais importações são creditadas,

principalmente, pelo crescimento das atividades dos setores de informática, automação industrial e telecomunicações na região, sobretudo na cidade de Florianópolis (MARCOS, 2012, 40-54 p.).

O município de Itajaí, situado na mesorregião do Vale do Itajaí, possui alta diversificação nas atividades agrícola, industrial e portuária. A existência nesta região de importantes portos (principalmente os portos de Itajaí e Navegantes) faz com que as importações na mesorregião sejam maiores. As importações do Vale do Itajaí são muito diversificadas, apresentando em sua composição produtos como: plástico e suas obras, polímeros de etileno, algodão, fibras sintéticas ou artificiais, ferro fundido, ferro e aço, cobre e suas obras, máquinas e aparelhos mecânicos e elétricos, etc. (MARCOS, 2012, 118-124 p.). É importante ressaltar que as importações do Vale do Itajaí também suprem outras cidades do estado e outras regiões do Brasil.

A indústria, segundo a FIESC (2012) é o setor predominante no estado, possuindo uma pauta de exportação diversificada e com alto poder de penetração nos mercados nacional e internacional. A indústria de Santa Catarina pode ser dividida nos seguintes agrupamentos setoriais: três agrupamentos da indústria tradicional – sendo eles alimentos, têxtil-vestuarista, produtos de madeira; três agrupamentos em eletro-metal-mecânica; e um agrupamento da área de processamento químico, petroquímico e de minerais não-metálicos.

O segmento tradicional é o de maior destaque, sendo neste as indústrias mais proeminentes: a indústria de alimentos, concentrando cerca de 20% do produto industrial; têxtil e vestuário, responsável por 17% do produto; indústria mecânica, com 12% de participação; e indústria de móveis e madeiras, com aproximadamente 18% de participação no produto industrial (LINS; MATTEI, 2010, p. 130).

Segundo o relatório da FIESC sobre o processo de desindustrialização no Brasil e no estado (2012, p. 14):

“O desempenho na década 2000-2010 foi diferenciado: ganharam importância os setores eletro-eletrônico, produtos de metal e, com menor expressão, o agrupamento têxtil-vestuário-calçados (com a queda do setor têxtil sendo compensada pelo crescimento da indústria de confecção).”

Ao analisar a evolução das exportações catarinenses por fator agregado durante a década, foi possível constatar que os manufaturados são predominantes na pauta

exportadora do estado. A Figura 8 mostra essa evolução, comparando o desempenho dos diferentes fatores agregados.

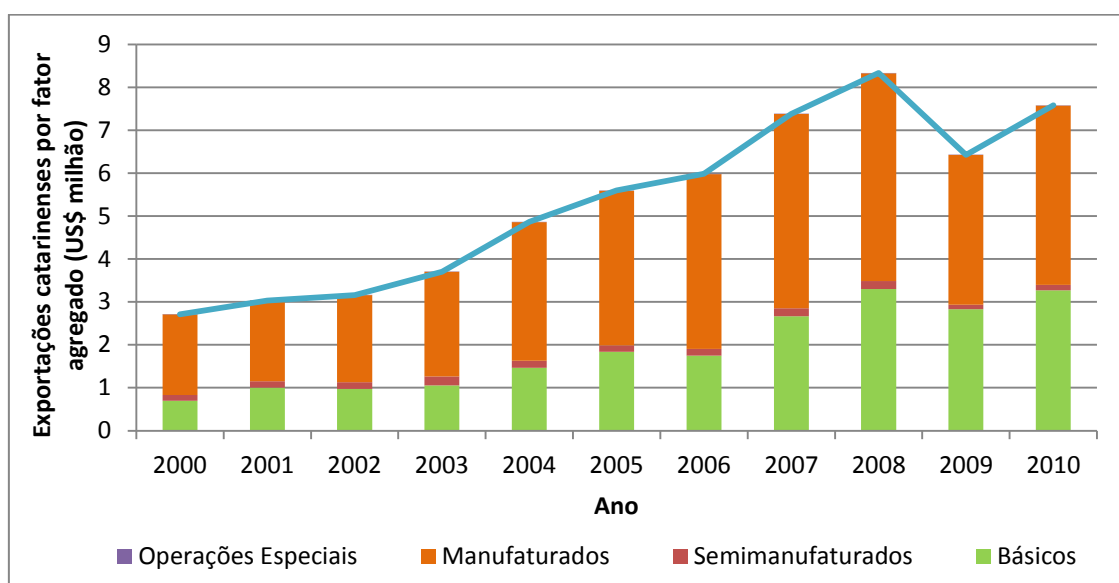


Figura 8: Exportações catarinenses por fator agregado, na década de 2000.

Fonte: Elaboração própria segundo dados da FIESC.

É possível perceber que, apesar de as manufaturas ainda predominarem, os produtos básicos ganharam espaço ao longo da década – principalmente em 2008 – acompanhando a tendência nacional. O aumento das exportações de bens básicos deve-se principalmente ao aumento dos preços das *commodities* que alavancam o preço de outros bens primários que não haviam sofrido encarecimento. No entanto, este aumento não afetou Santa Catarina na mesma intensidade nacional, que será explicado posteriormente.

O estudo de Emerson Marçal e Luís Fernando Novais (2009, p. 285) analisou o comércio exterior brasileiro ao longo da década de 2000. A conclusão feita pelos autores indica que “(...) a pauta [exportadora brasileira] continuou concentrada em produtos de baixo conteúdo tecnológico e *commodities* primárias. O saldo brasileiro permaneceu altamente dependente do comportamento de tais bens no comércio mundial”.

Marta Castilho (2011) elabora em seu trabalho uma ideia semelhante à conclusão de Marçal e Novais. De acordo com a autora, o efeito da retomada dos preços das *commodities* no final da década foi um dos principais motivos para o aumento do valor das exportações de produtos básicos pelo Brasil. Marta afirma que:

“(…) os mercados que se vêm revelando mais dinâmicos, desde a eclosão da crise financeira internacional, são aqueles que absorvem os produtos menos elaborados e, sob o aspecto da capacidade de encadeamento produtivo, de menor dinamismo. As exportações para os principais mercados de destino dos produtos de maior grau de elaboração foram as que mais sofreram com a crise. (...) a análise da pauta por setores e por conteúdo tecnológico (...) indicam que a recuperação das exportações está reforçando a tendência de primarização relativa da pauta de exportações observada, pelo menos, desde 2005.” (CASTILHO, 2011, p. 113).

Apesar do setor primário não ser a base da economia catarinense, o estado se destaca na produção de alguns produtos agrícolas, a exemplo de carnes suínas e de frango, cebola, fumo, madeira, maçã, alho, etc. (FACHINELLO; SANTOS FILHO, 2010, p. 159). A cultura de maçã estadual corresponde a 55,4% da produção nacional, enquanto a produção estadual de cebola é responsável por aproximadamente 27% da produção do Brasil e a produção de alho por 29% (LINS; MATTEI, 2010, p. 129).

Apesar de a atividade agropecuária ser disseminada pelo estado, esta se concentra na região oeste de Santa Catarina. A agricultura catarinense pode ser dividida em dois segmentos: um deles dinâmico, de grande competitividade e internacionalizado; e outro local, de baixa competitividade e frágil. O primeiro está relacionado, principalmente, aos grandes complexos agroindustriais de suínos, aves, maçãs e reflorestamento.

A agroindústria é o setor do agronegócio mais evidente em Santa Catarina. Há grandes empresas no estado que atuam na produção de carnes, frutas, fumo e laticínios, além de empresas processadoras e de pequenas e médias empresas na forma de cooperativas e de administração familiar. A principal atividade agroindustrial está ligada ao abate e processamento de carnes, tendo crescido significativamente nos mercados doméstico e internacional ao longo dos anos (FACHINELLO; SANTOS FILHO, 2010, p. 181).

É necessário enfatizar o processamento de fumo, que representa grande parte das exportações catarinenses no agronegócio, sendo um dos principais produtos da agropecuária do estado. Segundo Lauro Mattei e Hoyêdo Lins (2010, p. 129), Santa Catarina é o segundo maior produtor de fumo, representando 30% da produção nacional. Prevaecem no estado os pequenos agricultores familiares, sendo a industrialização do fumo realizada por empresas multinacionais.

A Tabela 13 demonstra os principais produtos exportados por Santa Catarina nos anos de 2000, 2005 e 2010.

Tabela 13: Principais produtos exportados por Santa Catarina nos anos de 2000, 2005 e 2010.

| Posição | 2000 | 2005 | 2010 |
|----------------|----------------------------------------------------|------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------|
| 1. | Motocompressor hermético | Carnes e miudezas comestíveis | Carnes e miudezas comestíveis |
| 2. | Pedaços e miudezas, comestíveis de galos/galinhas | Reat. Nucleares, caldeiras máquinas, etc. mecânicos | Reat. Nucleares, caldeiras máquinas, etc. mecânicos |
| 3. | Roupas de toucador/cozinha, de tecido atalhado | Madeira, carvão vegetal e obras de madeira | Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados |
| 4. | Carnes de galos/galinhas, não cortadas em pedaços | Móveis mobiliário médico-cirúrgico, colchões, etc. | Máquinas, aparelhos e material elétrico, suas partes etc. |
| 5. | Ladrilhos, etc. de cerâmica, vidrados e esmaltados | Máquinas, aparelhos e material elétrico, suas partes | Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos, etc. |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da FIESC.

Nota-se que as principais exportações do estado no período são de produtos industriais dos setores moveleiro e madeireiro, alimentar, cerâmica e eletro-metal-mecânico. O fumo também aparece no ano de 2010, sendo outro representante da agroindústria nas exportações catarinenses, juntamente com carnes e miudezas comestíveis.

A Figura 9 ilustra a evolução das importações por fator agregado durante a década de 2000. Nota-se o predomínio dos produtos manufaturados na pauta importadora. Os semimanufaturados são os segundo mais importados e os básicos ocupam a terceira colocação.

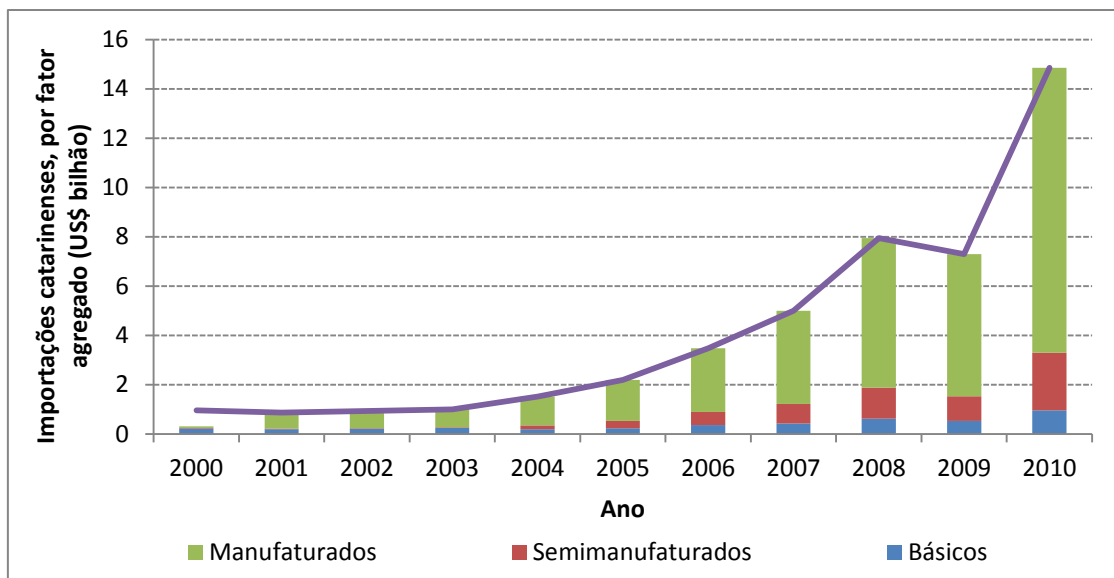


Figura 9: Importações catarinenses por fator agregado, na década de 2000.

Fonte: Elaboração própria segundo dados da FIESC.

Quando as importações catarinenses, durante os anos 2000, são analisadas mais detalhadamente – ou seja, as importações por produto – pode-se perceber que os principais produtos importados são insumos e matérias-primas para a indústria estadual. A Tabela 14 mostra o *ranking* dos cinco principais produtos importados por Santa Catarina nos anos de 2000, 2005 e 2010.

Tabela 14: Principais produtos importados por Santa Catarina nos anos de 2000, 2005 e 2010.

| Posição | 2000 | 2005 | 2010 |
|---------|----------------------------------------------------|------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------|
| 1. | Outros de algodão não cardado | Plástico e suas obras | Cobre e suas obras |
| 2. | Automóveis com motor de explosão, 1.500<cm3<=3.000 | Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, etc. | Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, etc., mecânicos |
| 3. | Outras espécies de trigo e misturas de trigo | Cobre e suas obras | Plásticos e suas obras |
| 4. | Outras máquinas e aparelhos mecânicos | Máquinas, aparelhos e material elétrico, suas partes | Ferro fundido, ferro e aço |
| 5. | Outras espécies de milho, em grão | Aubos ou fertilizantes | Máquinas, aparelhos e material elétrico, suas partes etc. |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da FIESC.

A predominância dos insumos e das matérias-primas industriais na pauta importadora é uma tendência no estado ao longo da década como um todo. A apreciação do real durante os anos 2000 barateou a importação desses produtos. Em decorrência disto, houve relativa substituição de matérias-primas e insumos em Santa Catarina, bem como em outros estados brasileiros. O relatório elaborado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) entrevistou 1.307 empresas, sendo que 54% destas importaram matérias-primas e insumos em 2008 (CNI, 2009, p. 1).

Enquanto a quantidade de empresas importadoras aumentou consideravelmente ao longo dos anos 2000, o número de empresas exportadoras manteve-se praticamente estável. Em relação à participação no total nacional, as empresas exportadoras de Santa Catarina tiveram sua contribuição reduzida. Em 2001 eram responsáveis por 7,86% do total nacional, enquanto em 2011, esse número caiu para 6,54% (FIESC, 2012, p. 34). As empresas importadoras cresceram aproximadamente 43% entre os anos de 2001 e 2010. A Tabela 15 ilustra a quantidade de empresas importadoras e exportadoras do estado nos anos de 2001 a 2010.

Tabela 15: Número de empresas exportadoras e importadoras em Santa Catarina, entre os anos de 2001 e 2010.

| Ano | Número de Empresas Importadoras | Número de Empresas Exportadoras |
|-------------|----------------------------------------|----------------------------------------|
| 2001 | 1.567 | 1.447 |
| 2002 | 1.406 | 1.448 |
| 2003 | 1.286 | 1.492 |
| 2004 | 1.343 | 1.613 |
| 2005 | 1.443 | 1.513 |
| 2006 | 1.625 | 1.463 |
| 2007 | 1.837 | 1.582 |
| 2008 | 1.942 | 1.531 |
| 2009 | 1.993 | 1.459 |
| 2010 | 2.242 | 1.402 |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da FIESC.

Segundo a FIESC (2013), um conjunto de motivos explica o aumento na quantidade de empresas importadoras ao longo da década. Crescimento da demanda interna, apreciação cambial, ampliação da estrutura portuária e incentivos fiscais concedidos pelo governo do estado foram alguns deles.

As cinco principais empresas exportadoras no período selecionado – 2000, 2005 e 2010 – estão expostas na Tabela 16.

Tabela 16: Principais empresas exportadoras de Santa Catarina, nos anos de 2000, 2005 e 2010.

| Posição | 2000 | 2005 | 2010 |
|----------------|-----------------------------------------|-------------------------------------------------|---------------------------------|
| 1. | Empresa Brasileira de Compressores S.A. | Perdigão Agroindustrial S.A. | Seara Alimentos S.A. |
| 2. | Seara Alimentos S.A. | Seara Alimentos S.A. | WEG Equipamentos Elétricos S.A. |
| 3. | Sadia S.A. | Sadia S.A. | Sadia S.A. |
| 4. | Perdigão Agroindustrial S.A. | Empresa Brasileira de Compressores S.A. Embraco | Whirlpool S.A. |
| 5. | Tupy Fundições Ltda | WEG Exportadora S.A. | BRF - Brasil Foods S.A. |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da FIESC.

É perceptível o predomínio das empresas ligadas à agroindústria nos três anos selecionados. A Seara Alimentos S.A., Sadia S.A., BRF - Brasil Foods S.A. e Perdigão Agroindustrial S.A. são empresas que se destacam no processamento e abateimento de carnes, confirmando os dados que apontam esta atividade como a mais importante do agronegócio e uma das mais importantes da indústria catarinense.

As cinco principais empresas importadoras nos anos de 2001, 2005 e 2010 – segundo os dados do MDIC – estão listadas na Tabela 17.

Tabela 17: Principais empresas importadoras, nos anos de 2001, 2005 e 2010.

| Posição | 2001 | 2005 | 2010 |
|----------------|-------------------------------------------|---------------------------------|-------------------------------------------|
| 1. | ADM Exportadora e Importadora S.A. | Dow Brasil S.A. | Copper Trading S.A. |
| 2. | Bunge Alimentos S.A. | Cotia Trading S.A. | First S.A. |
| 3. | Chapecó Companhia Industrial de Alimentos | Companhia Brasileira de Bebidas | Sainte Marie Importação e Exportação LTDA |
| 4. | Degussa Brasil LTDA | WEG Automação LTDA | Columbia Trading S.A. |
| 5. | Dohler S.A. | Diamond Business Trading S.A. | Trop Comércio Exterior LTDA |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados MDIC.

A maior parte das empresas listadas atua em múltiplas áreas, abrangendo da agroindústria ao setor energético e produtos industrializados – a exemplo de eletroeletrônicos, bens duráveis, insumos industriais, etc. Pode-se citar a Bunge – atuante nas áreas de agronegócios, alimentos e bioenergia (BUNGE, 2013) – e First S.A. – atuante nos setores de alimentos e bebidas, aço, eletrônicos, entre outros (FIRST, 2013).

5.1 COMPORTAMENTO DA BALANÇA COMERCIAL DE SANTA CATARINA NOS ANOS DE 2005 A 2010

A balança comercial catarinense alterou-se durante os anos 2000: de exportador líquido progressivamente converteu-se em importador líquido. As importações de Santa Catarina cresceram a taxas maiores do que as exportações. O declínio da balança comercial iniciou-se entre os anos de 2005 e 2006, sendo 2008 o ano em que as exportações líquidas tornaram-se deficitárias.

A Figura 10 ilustra a balança comercial catarinense durante os anos 2000. Através da análise do gráfico, torna-se nítido que as importações catarinenses cresceram acentuadamente. Assim como supracitado, as exportações líquidas mantiveram-se positivas até o ano de 2008, quando tornaram-se deficitárias.

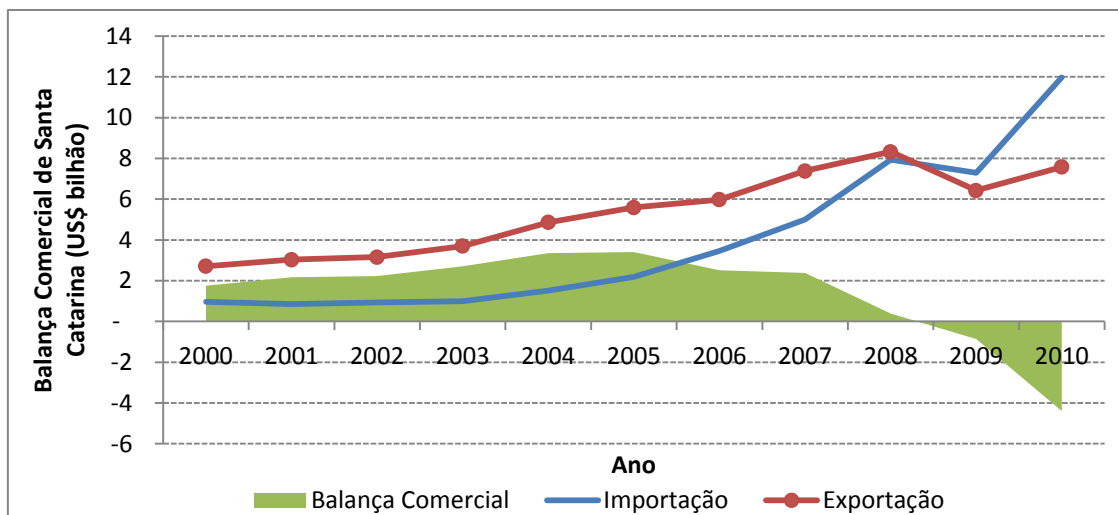


Figura 10: Evolução da balança comercial catarinense e seus componentes, na década de 2000.

Fonte: Elaboração própria segundo dados do MDIC.

Esta seção possui como objetivo identificar e explicar os possíveis motivos para as alterações citadas.

5.1.1 Exportações catarinenses nos anos de 2005 a 2010

Conforme observa-se na Figura 10 supraexposta, as exportações catarinenses ficaram aquém das importações do estado, até que declinaram a partir do ano de 2008, declínio este impulsionado por diversos fatores, tanto internacionais e nacionais quanto regionais. A Figura 11 demonstra a evolução das exportações nos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, bem como as exportações nacionais.

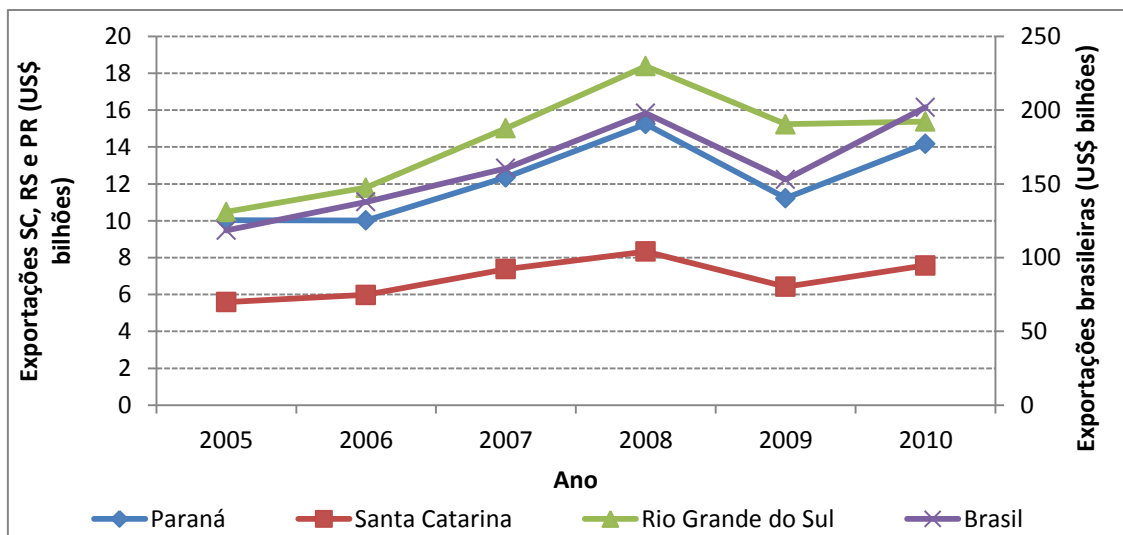


Figura 11: Exportações de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e Brasil, entre os anos de 2005 e 2010.

Fonte: Elaboração própria segundo dados MDIC.

A partir do gráfico é possível perceber que, apesar das exportações catarinenses terem a mesma tendência dos outros estados da região sul, assim como do Brasil, o crescimento das exportações de Santa Catarina não foi tão acentuado quanto o observado nas outras regiões, principalmente entre os anos de 2007 e 2008.

A taxa de crescimento das exportações do Paraná para os anos de 2005 e 2010 correspondeu a 41%. No estado do Rio Grande do Sul, esta taxa foi de 47% e, no Brasil, equivaliu a 70%. No entanto, a taxa de crescimento das exportações de Santa Catarina correspondeu a 36% para os anos de 2005 e 2010, ficando abaixo da média nacional e da região Sul.

A taxa de câmbio foi uma das responsáveis pelo baixo desempenho das exportações catarinenses, principalmente no período compreendendo o meio ao final da década de 2000. A valorização da moeda doméstica ocorrida no período analisado teve início em 2003. Como era esperado, a valorização do real ocasionou o encarecimento dos produtos nacionais e o barateamento dos bens estrangeiros, culminando no aumento das importações e na relativa substituição dos produtos e insumos nacionais pelos importados.

A FIESC entrevistou várias empresas para seu anuário sobre o setor exportador catarinense, e constatou que a consequência mais grave da valorização do real foi a perda de competitividade do estado no mercado externo. A federação ainda explica que:

“(…) maioria das empresas foi obrigada a aumentar os preços de exportação de forma a repassar os custos decorrentes da situação cambial desfavorável, o que resultou na perda de clientes e pedidos e, mais drasticamente, na perda de mercados conquistados ao longo dos anos.” (FIESC, 2011, p. 31).

A Figura 12 demonstra a evolução das exportações catarinenses e taxa de câmbio no período entre 2005 e 2010.

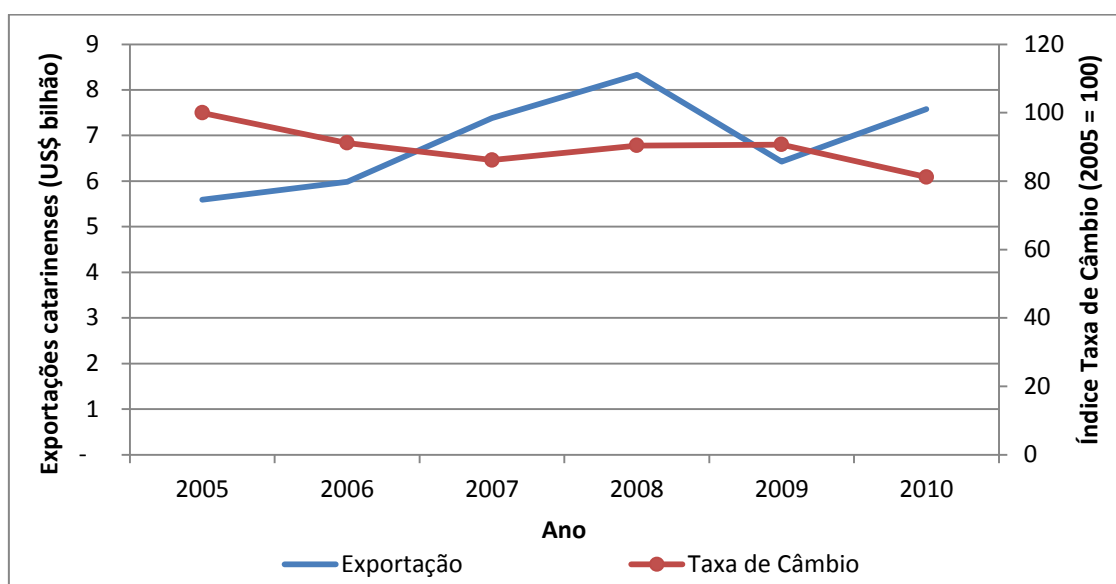


Figura 12: Evolução da taxa de câmbio e das exportações catarinenses, entre os anos de 2005 e 2010.

Fonte: Elaboração própria segundo dados do MDIC e ipeadata.

O ano de 2003 foi o auge da taxa de câmbio, quando o dólar custava em torno de R\$3,08. No entanto, é a partir deste mesmo ano que a moeda doméstica experimenta uma valorização, reduzindo a taxa de câmbio até chegar a aproximadamente R\$1,96 em 2010. A sobrevalorização externa da moeda brasileira – ou ainda, o enfraquecimento do dólar frente ao real – foi consequência da política de juros adotada pelo governo Lula (alcançando patamares altíssimos, correspondendo à maior taxa de juros mundial no ano de 2005) associada à política fiscal nos três primeiros anos deste governo (SOUZA, 2008, p. 303).

As exportações nacionais também foram influenciadas pela alta do real ao longo da década de 2000. No entanto, Nilson Araújo Souza (2008, p. 305) afirma que a valorização do real não se fez sentir imediatamente nas exportações brasileiras pelos seguintes motivos: política de diversificação comercial adotada pelo governo, possibilitando o comércio com países cujas moedas também estavam valorizadas em

relação ao dólar; o forte crescimento da economia mundial a partir de 2003, que provocou forte expansão do comércio internacional; e o fato de que os exportadores brasileiros aplicavam capital emprestado de agentes internacionais no mercado interno (que possuía taxa de juros altamente elevada na época).

Como previamente citado, os Estados Unidos configuram o principal destino das exportações catarinenses ao longo da década de 2000. Entretanto, sua participação nas exportações catarinenses tem decrescido ao longo do tempo. A Figura 13 mostra a evolução das exportações para os norte-americanos ao longo dos anos 2000. É possível observar, a partir do ano de 2006, uma tendência declinante das exportações catarinenses para os Estados Unidos, e entre 2009 e 2010, houve um leve esboço de crescimento.

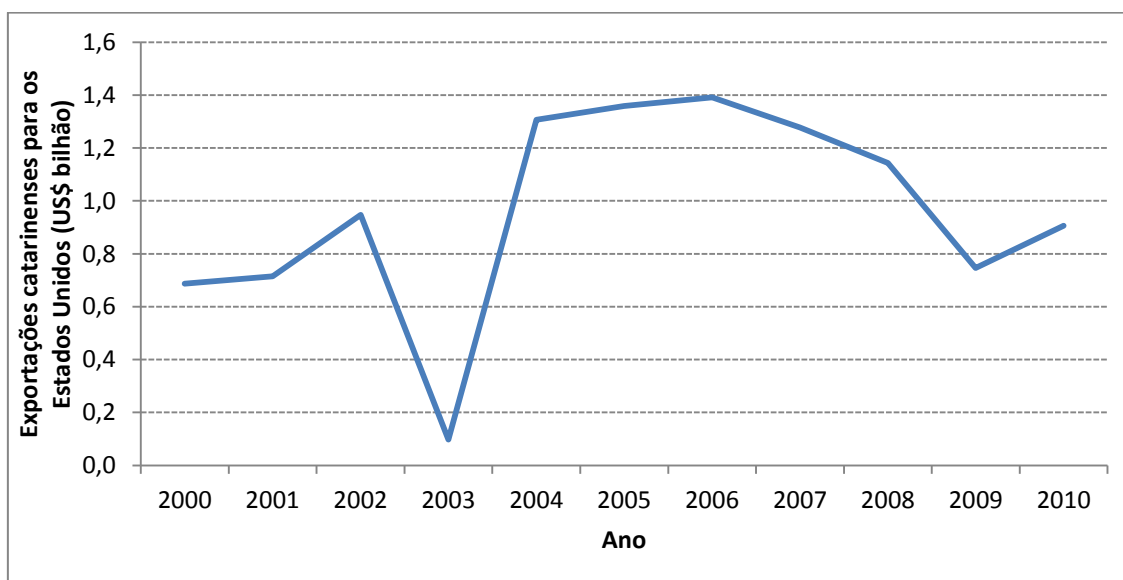


Figura 13: Evolução das exportações catarinenses para os Estados Unidos, na década de 2000.

Fonte: Elaboração própria segundo dados MDIC.

Tomando-se os anos de 2000 e 2010, a taxa de crescimento das exportações de Santa Catarina com destino aos Estados Unidos equivaleu a 31,77%. No entanto, considerando-se os anos de 2005 e 2010 – período em que as exportações líquidas catarinense entraram em declínio – verifica-se que a taxa foi negativa, correspondendo à aproximadamente -33,7%. Ou seja, houve queda nas exportações para os norte-americanos, conforme ilustrado no gráfico exposto acima.

Esta desaceleração das exportações para os Estados Unidos foi uma tendência nacional, principalmente após a crise econômica mundial iniciada em 2007. Atendo-se ao fato do predomínio industrial da pauta exportadora catarinense, pode-se atribuir como um dos motivos da queda nas exportações do estado para os norte-americanos a redução na demanda dos Estados Unidos por importações de produtos de consumo duráveis e bens de capital, além da falta de competitividade da indústria estadual quando comparada à indústria dos Estados Unidos (FIESC, 2011, p. 8).

Conforme o relatório da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimento (Apex-Brasil):

“Em 2003, as exportações de motocompressores de Santa Catarina correspondiam a 17,7% do total exportado para os Estados Unidos, percentual que caiu para 15,27% em 2010. (...) Roupas de toucador/cozinha e tecidos atoalhados de algodão, que se encontravam na segunda posição, com 8,5% em 2003, sofreram queda, chegando a 1,6% em 2010.” (APEX-BRASIL, 2010).

Outro fator que impediu o crescimento das exportações catarinenses nos mesmos níveis nacionais foi o aumento generalizado no preço internacional das *commodities*, devido ao fato de Santa Catarina ser voltada para a indústria e também por se especializar em produtos agrícolas que não foram afetados pelas altas dos preços. Este aumento iniciou-se em meados da década, principalmente no ano de 2002. De acordo com Daniela Prates (2007, p. 329), uma das características desta tendência foi abranger os diversos tipos de *commodities*, a exemplo de matérias-primas industriais e agrícolas e alimentos.

Conforme a autora, como houve lenta resposta dos produtores aos sinais de recuperação econômica global em meados de 2002, devido às incertezas em relação à guerra do Iraque e à epidemia asiática, os estoques das diferentes *commodities* foram reduzidos, diminuindo a oferta e aumentando os preços.

Outro motivo para o aumento do preço das *commodities* foi a desvalorização do dólar frente a algumas moedas importantes, a exemplo do euro e o iene, até meados de 2005. A dinâmica do mercado internacional denomina os preços internacionais das *commodities* ao dólar. Quando há desvalorização do dólar, há uma tendência de alta nas cotações internacionais (PRATES, 2007, p. 334).

A taxa de juros também interferiu nessas cotações, na medida em que baixas taxas de juros praticadas pelos Estados Unidos e por outros países centrais incentivaram

aplicações especulativas nos fundos de *commodities*, formando uma bolha especulativa culminando na alta dos preços. Marta Castilho explica que, no período antecedente à crise financeira mundial, a valorização do dólar norte-americano e o aprofundamento da crise econômica internacional fizeram com que os investidores buscassem rentabilidade em ativos reais – no caso, alimentos e metais. Além disto:

“Visto que o comércio internacional tornou-se profundamente ligado ao comércio financeiro (...), o comércio internacional de minerais e de alimentos encontrou-se mais sujeito a ataques especulativos do que em períodos precedentes.” (CASTILHO, 2011, p. 114).

A alta taxa de crescimento chinesa durante a década de 2000 também foi um grande motivador da alta dos preços das *commodities*, principalmente as metálicas e industriais – necessárias ao desenvolvimento econômico – e agrícolas – cujas importações aumentaram por causa da alta da demanda interna chinesa devido ao crescimento populacional (PRATES, 2007, 337-338 p.).

Daniela Prates acredita que o aumento nos preços das *commodities* se deve, resumidamente, a uma “(...) sobreposição de fatores – recuperação econômica global, desvalorização do dólar, bolha especulativa fomentada pelas taxas de juros baixas, crescimento econômico da China (...)” (PRATES, 2007, p. 341).

A Figura 14 mostra a evolução do índice geral de preços das *commodities* ao longo da década, utilizando o mês de janeiro de 2002 como base.

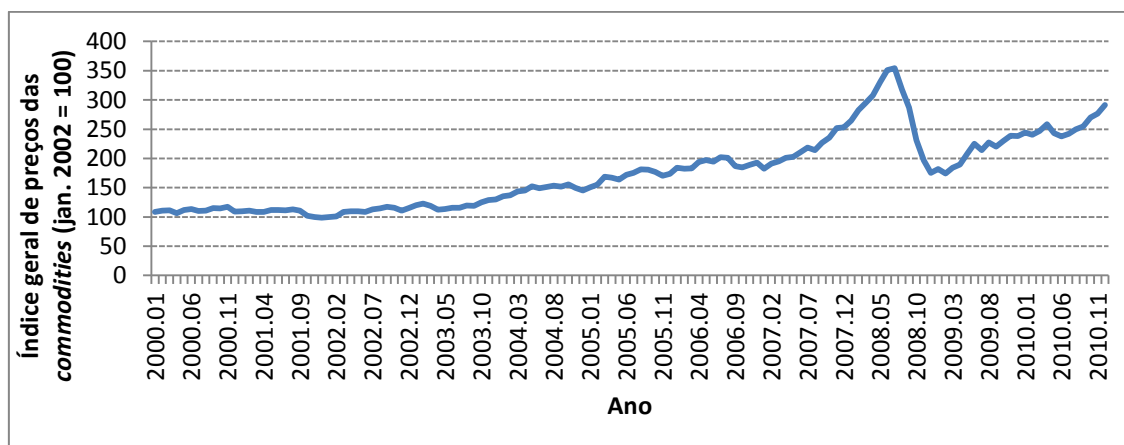


Figura 14: Índice geral de preços das *commodities*, década de 2000 (jan. 2002 = 100).

Fonte: Elaboração própria segundo dados do ipeadata.

Pode-se notar uma queda expressiva no índice dos preços das *commodities* a partir do final do ano de 2008. Marta Castilho explica que a eclosão da crise econômica mundial reverteu a tendência de alta destes produtos. Esta queda deveu-se principalmente à saída de capitais especulativos dos mercados de *commodities* durante os primeiros momentos da crise. No entanto, houve recuperação dos preços em 2009, assim como pode ser observado no gráfico exposto acima (CASTILHO, 2011, p. 114).

Em conformidade com o previamente exposto, o estado catarinense possui a indústria como base da economia local – principalmente as manufaturas – diferindo do padrão de outros estados brasileiros. A Figura 15 ilustra a participação dos produtos exportados pelo Brasil, por fator agregado, no total das exportações brasileiras. A Figura 16 demonstra o mesmo para o estado catarinense. Em ambos foi possível perceber a predominância dos produtos manufaturados – exceto no ano de 2010 para o Brasil – porém, nota-se que existe maior disparidade na pauta exportadora catarinense.

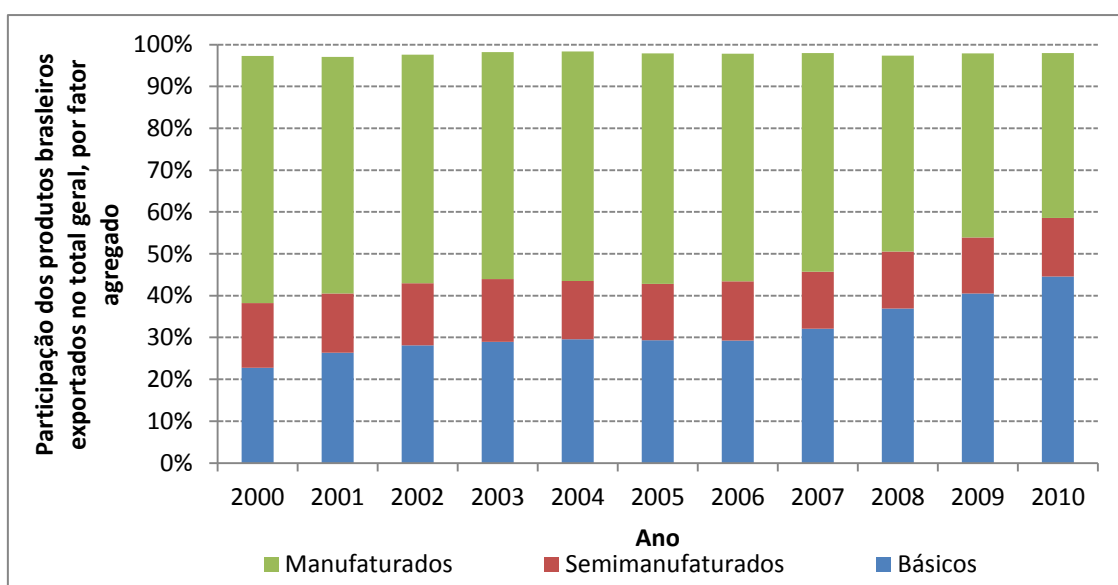


Figura 15: Participação dos produtos exportados pelo Brasil, por fator agregado, no total das exportações brasileiras.

Fonte: Elaboração própria segundo dados do MDIC.

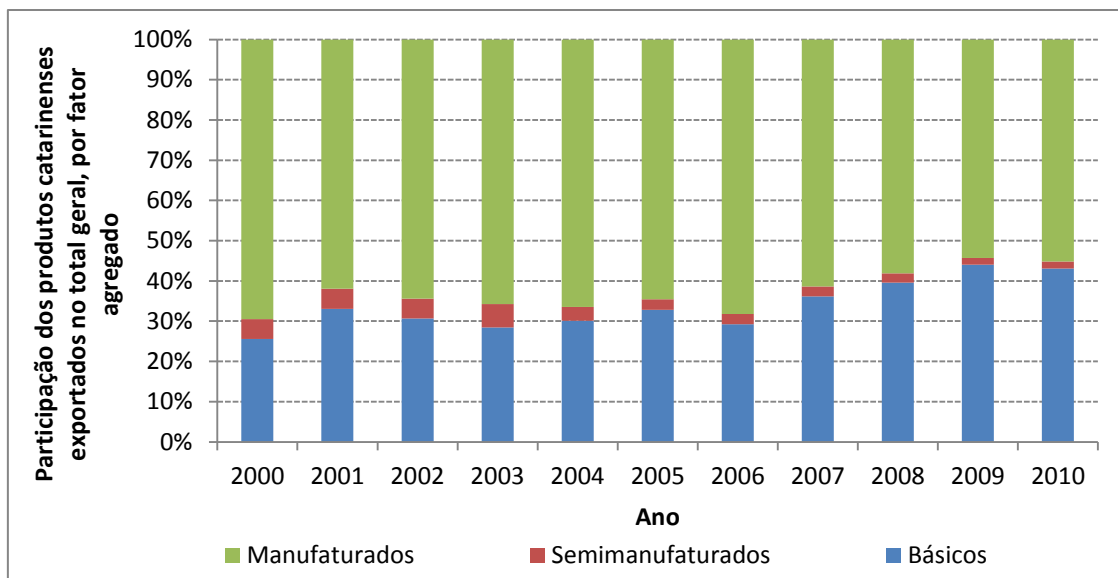


Figura 16: Participação dos produtos exportados por Santa Catarina, por fator agregado, no total das exportações catarinenses.

Fonte: Elaboração própria segundo dados da FIESC.

Observa-se maior peso das manufaturas na composição das exportações catarinenses do que o observado na pauta exportadora brasileira. Enquanto as manufaturas atingiram o máximo de 69% do total das exportações catarinenses em 2000, na pauta brasileira o máximo de participação dos manufaturados correspondeu a 59% no mesmo ano. Também foi possível perceber maior participação dos semimanufaturados nas exportações brasileiras quando comparadas às catarinenses. O máximo de participação dos semimanufaturados nas exportações brasileiras foi de 15% nos anos de 2000, 2002 e 2003, enquanto na pauta catarinense, o máximo equivaleu a 6%, no ano de 2003. A participação dos produtos básicos, tanto na pauta exportadora brasileira quanto na catarinense, foi semelhante.

5.1.2 Importações catarinenses nos anos de 2005 a 2010

A finalidade desta seção é explicar o avanço das importações em Santa Catarina nos anos 2000. A comparação entre as importações dos estados da região Sul – Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina – e as importações do Brasil demonstra tendência

semelhante para todos. A Figura 17 explicita, para as regiões citadas, o movimento das importações ao longo da década.

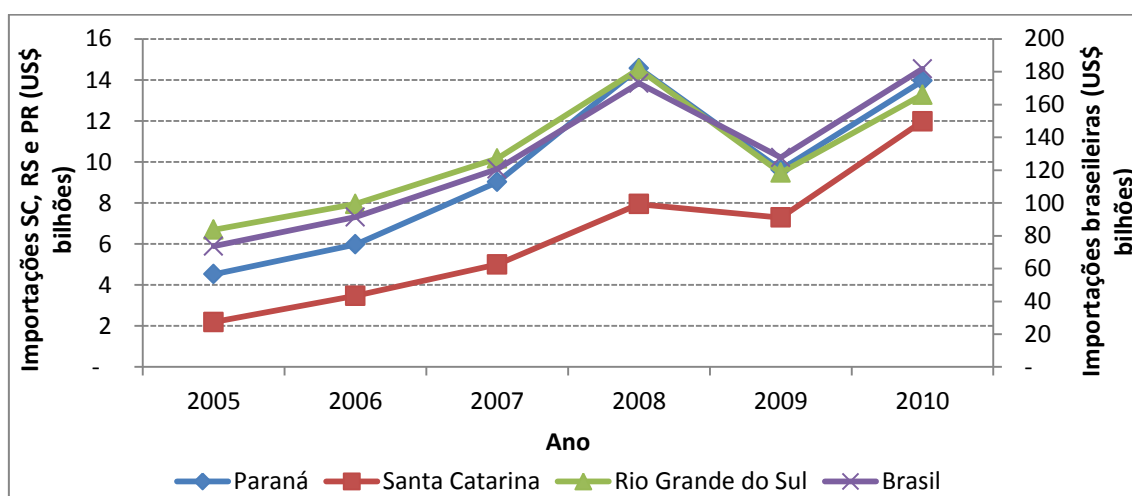


Figura 17: Importações de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e Brasil, entre os anos de 2005 e 2010.

Fonte: Elaboração própria segundo dados do MDIC.

Percebe-se, a partir da análise do gráfico acima exposto, semelhante movimento dos estados e do país durante os anos. As taxas de crescimento das importações para as regiões, nos anos de 2005 e 2010, foram: 208% para o Paraná, 98% para o Rio Grande do Sul, 147% para o Brasil e 447% para Santa Catarina. Tomando-se a década em sua totalidade – anos de 2000 e 2010 – estas taxas são de 198% para o Paraná, 230% para o Rio Grande do Sul, 225% para o Brasil e 1.151% para Santa Catarina.

As importações de Santa Catarina cresceram a taxas significativamente maiores às dos outros estados da região Sul e do Brasil. Fatores regionais, nacionais e internacionais influenciaram o crescimento abrupto das importações catarinenses.

A taxa de câmbio foi um fator nacional (e internacional) envolvido no aumento das importações catarinenses. A valorização da moeda nacional frente ao dólar a partir de 2003 impulsionou o movimento importador do estado, assim como do Brasil. De acordo com a teoria econômica, quando há valorização da moeda doméstica, os bens domésticos ficam mais caros que os produtos estrangeiros levando a um aumento nas importações. A Figura 18 exemplifica esta relação para Santa Catarina.

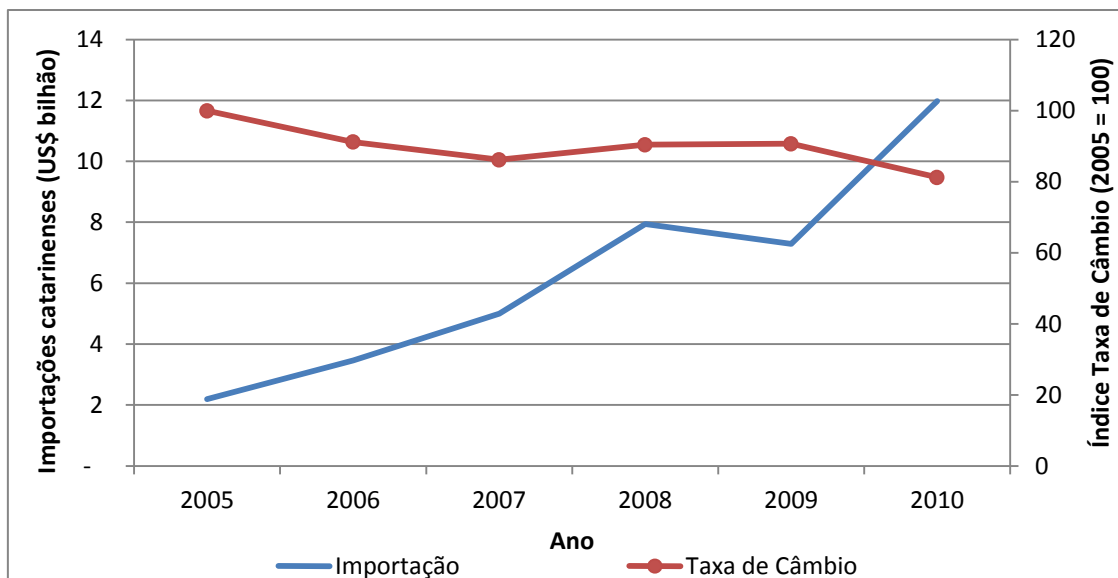


Figura 18: Evolução das importações catarinenses e da taxa de câmbio, entre os anos de 2005 e 2010.

Fonte: Elaboração própria segundo dados do MDIC e ipeadata.

Como pode-se perceber, as importações catarinenses ascenderam ao longo da década, concomitantemente à valorização da moeda nacional.

A crise econômica mundial, iniciada em 2008, alterou a dinâmica do comércio internacional. A Tabela 10 exposta anteriormente mostra as cinco principais origens das importações catarinenses nos anos selecionados. Apesar de os países que figuram no *ranking* não terem se alterado significativamente ao longo do período analisado (2000, 2005 e 2010), percebe-se que a participação dos países desenvolvidos, como Estados Unidos e Alemanha, decresceram ao longo do tempo. Também foi possível analisar a ascensão da China, que se tornou, em 2010, a principal origem das compras catarinenses no exterior.

Ao longo da década, os chineses ganharam relevância nas importações nacionais e catarinenses. Conforme Danielly Becard (2011), aquele país ganhou gradualmente destaque internacional devido ao forte desempenho econômico e ao avanço da modernização baseada na industrialização intensiva, que levou o país à procura de novos mercados, aproximando-o à América Latina. Em 2004, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou a China, resultando em 14 contratos empresariais firmados com o Brasil.

O governo brasileiro “(...) acreditava que a China estava em condições de contribuir para seu progresso, sobretudo por meios de investimentos na infraestrutura e

da aquisição de produtos brasileiros.” (BECARD, 2011, p. 37). As importações catarinenses originadas da China não são completamente destinadas ao consumo do estado. De acordo com a FIESC (2012, p. 35), muitas importações chinesas apenas entram pelos portos catarinenses, sendo distribuídos para as outras unidades da federação.

Ao longo dos anos 2000, os Estados Unidos perderam relevância nas importações e exportações brasileiras – mas continuaram como um dos principais parceiros econômicos do país ao longo dos anos da década. A Tabela 10 mostra que gradualmente o país foi cedendo espaço a outras nações nas importações de Santa Catarina. Assim, pode-se reafirmar que o estado catarinense segue a tendência nacional.

A crise mundial foi uma das responsáveis pela queda das importações com origem nos Estados Unidos, sobretudo devido à redução na produção deste país. Este não foi um problema apenas dos Estados Unidos, mas também da maioria dos países centrais. De acordo com o relatório da FIESC (2011, p. 8), o comércio de países desenvolvidos, em 2010, ainda estava 9% abaixo do nível pré-crise. Este ponto também ajuda a explicar a queda de posição da Alemanha no *ranking* das principais origens das importações catarinenses.

A Figura 19 ilustra estas alterações nas origens das importações catarinenses ao longo da década, focando-se na Argentina, Estados Unidos, Chile e China. Apesar de estes quatro países apresentarem movimentos positivos na maior parte dos anos 2000, a ascensão da China foi consideravelmente maior. As importações com origem na Argentina foram maiores que as originadas nos Estados Unidos, mesmo com a “retenção” imposta pelo governo argentino, e as importações originadas no Chile ultrapassaram as importações com origem no país norte-americano em 2004. Além disto, os chilenos ultrapassaram os argentinos em 2010.

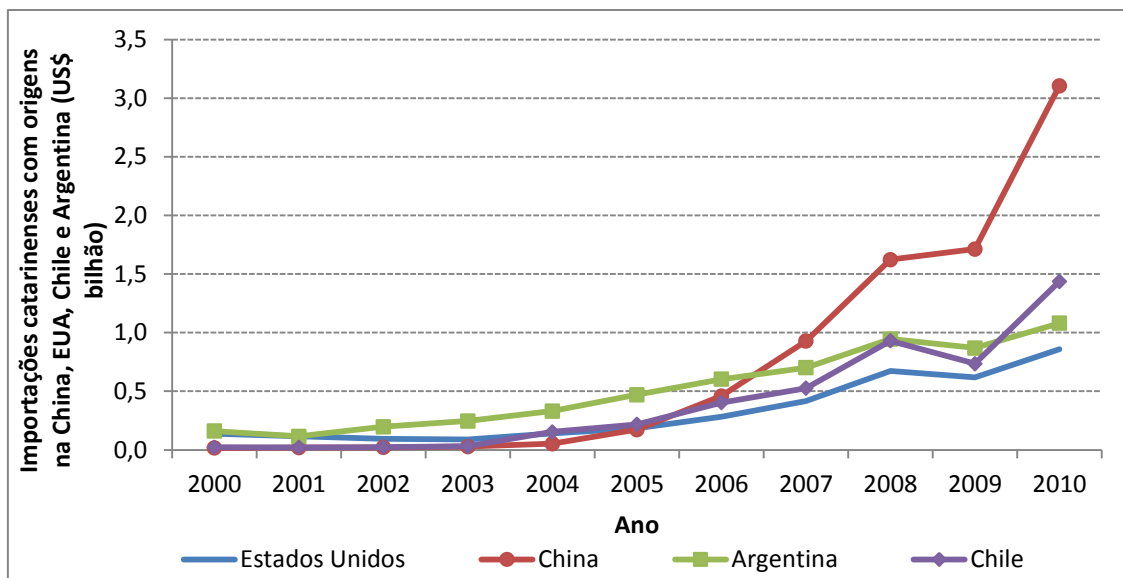


Figura 19: Evolução das importações catarinenses com origem na China, Estados Unidos, Chile e Argentina, na década de 2000.

Fonte: Elaboração própria segundo dados do MDIC.

Fatores regionais também contribuíram para o aumento das importações em Santa Catarina. Um destes foi o regime fiscal do estado. Em 2003 foi criado o Programa Pró-Emprego, que ganhou nova versão com a Lei nº 13.992, de 15 de fevereiro de 2007, sendo regulamentado pelo Decreto nº 105, de 14 de março de 2007 (SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, 2013). Um dos principais pontos deste programa corresponde à isenção fiscal do ICMS aos produtos importados por Santa Catarina (desde que não haja similares catarinenses) para empresas que estiverem cadastradas no programa, objetivando criar empregos e desenvolver a indústria e economia local (FIESP, 2012, 2-3 p.).

O Programa Pró-Emprego foi suspenso em 2011, não afetando, no entanto, as empresas já beneficiadas. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) aponta, em seu relatório sobre as isenções fiscais praticadas pelos diversos estados brasileiros, que:

“(…) as importações de produtos manufaturados e semimanufaturados desse Estado [Santa Catarina] representavam 1,8% do total nacional em 2003, quando do início do programa de incentivo; em 2010, as compras externas do Estado já representavam 7,2% do total nacional destes produtos, e só não cresceram mais em 2011, pois os benefícios do Programa Pró-Emprego foram suspensos – devido a isso, a participação do Estado se manteve em 7,2%, após quase uma década de expansão ininterrupta.” (FIESP, 2012, p. 5).

A FIESP também afirma que os programas de incentivo fiscal se tornaram mais significativos nos últimos anos – apesar de existirem desde a década de 1970 em alguns estados, a exemplo do Espírito Santo – devido à valorização cambial e aos efeitos da crise de 2008 nos países desenvolvidos. O órgão estimou que os estados que concederam benefícios importaram 648% a mais entre os anos de 2001 e 2011, enquanto o restante dos estados da nação importaram apenas 252% a mais no mesmo período (FIESP, 2012, p. 4).

Com os cenários econômicos internacional, nacional e estadual atuando em prol das importações, o número de empresas importadoras aumentou consideravelmente durante a década, influenciando, por sua vez, a taxa de crescimento das importações catarinenses, sendo outro fator regional a influenciar as importações do estado. A Tabela 9, previamente exposta, demonstra o expressivo crescimento na quantidade de empresas importadoras no estado ao longo da década de 2000. A taxa de crescimento na quantidade de importadoras para os anos de 2001 e 2010 foi de aproximadamente 43%. A Figura 20 aborda esta questão.

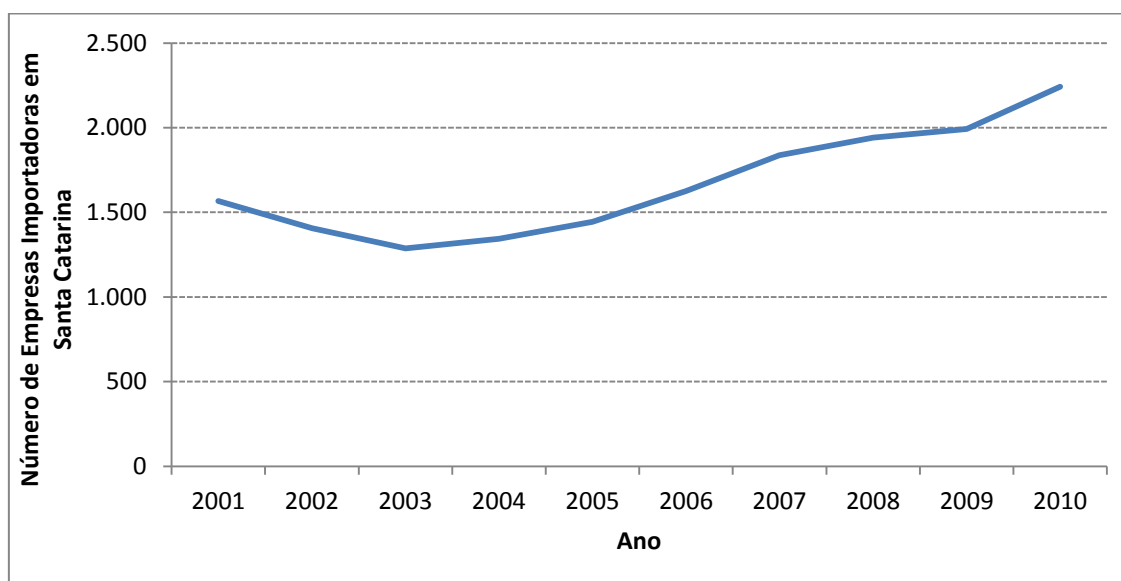


Figura 20: Evolução da quantidade de empresas importadoras em Santa Catarina na década de 2000.

Fonte: Elaboração própria segundo dados da FIESC.

O aumento na quantidade de empresas importadoras – ocasionado devido às isenções de ICMS e cenário favorável às importações de produtos estrangeiros, principalmente de insumos e matérias-primas, entre outros – influenciou positivamente

a taxa de crescimento das importações do estado. Aliado a isto, pode-se inferir que a estagnação na quantidade de empresas exportadoras – que pode ser verificada na Tabela 9, anteriormente exposta – não foi suficiente para equilibrar o avanço das importadoras, sendo mais um fator a favor das importações. Nos anos de 2001 e 2010, variação da quantidade de empresas exportadoras foi negativa (aproximadamente -3%).

6. CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho constitui-se na elucidação de algumas das razões pelas quais as exportações líquidas de Santa Catarina declinaram a partir da metade da década de 2000, eventualmente tornando-se deficitárias.

A partir da análise realizada ao longo deste trabalho, pode-se concluir que a mudança na balança comercial catarinense – que levou o estado de exportador a importador líquido – resultou da combinação do aumento nas importações catarinenses associada à redução nas exportações do estado.

Comparadas às importações brasileiras e de outros estados da região sul, as importações catarinenses exibiram tendências semelhantes, apesar do aumento nas importações de Santa Catarina ter sido significativamente maior. Fatores cujo impacto foi observado no país influenciaram a elevação das importações estaduais, mas os fatores regionais também apresentaram grande importância neste aumento, a exemplo da política fiscal que concedeu isenção do ICMS para empresas importadoras catarinenses e o considerável aumento na quantidade dessas empresas importadoras em Santa Catarina.

Comparando as exportações catarinenses às dos outros estados da região sul e as nacionais, percebe-se que as exportações de Santa Catarina foram relativamente mais afetadas ao longo da década, apresentando taxas de crescimento menores, equivalendo a cerca de metade da média brasileira. Houve tendência de queda nas taxas de crescimento das exportações no Brasil, mas a base predominantemente industrial da economia catarinense ocasionou menor benefício para o estado com o aumento dos preços das *commodities*, para citar um exemplo. Foi possível notar que os produtos agrícolas nos quais a produção de Santa Catarina se destaca – a exemplo do frango – não integraram a cesta de *commodities* cujos preços aumentaram significativamente ao longo da década estudada.

Além disto, o crescimento da economia chinesa, alavancado principalmente pela importação de bens primários (auxiliando o aumento dos preços das *commodities* e o estreitamento das relações com a América Latina), e a redução da participação dos Estados Unidos nas exportações brasileiras e catarinenses afetaram o desempenho do estado, deixando-o aquém das exportações nacionais.

Seria um equívoco atribuir à mudança na trajetória da balança comercial estadual apenas a um dos componentes das exportações líquidas. Os movimentos tanto das exportações quanto das importações colaboraram conjuntamente para este desfecho. Igualmente, não seria adequado afirmar que a atuação de Santa Catarina foi muito distinta do resto do país em relação ao comércio exterior. A tendência foi semelhante à nacional, diferindo apenas em sua intensidade. Fatores regionais foram muito importantes para as oscilações da balança comercial, porém, problemas de ordem internacional e nacional – moeda valorizada, aumento do preço das *commodities*, maior participação chinesa no mercado internacional e crise mundial – também exerceram influência nas exportações catarinenses.

7. REFERÊNCIAS

- APEX-BRASIL. **Argentina:** Estudo de oportunidades para o segmento de casa e construção. Brasília: Apex-brasil, 2008. 69 p.
- APEX-BRASIL. **Perfil Exportador do Estado de Santa Catarina.** Brasília: Apex-brasil, 2010. 61 p.
- BECARD, Danielly Silva Ramos. O que esperar das relações Brasil-China?. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, 2013 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782011000400004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 de abril de 2013.
- BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia.** 4. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. 602 p.
- CASTILHO, Marta. Impactos da crise econômica internacional sobre o comércio exterior brasileiro. In: ACIOLY, Luciana; LEÃO, Rodrigo Pimentel Ferreira. **Mudanças Estruturais e Impactos Sobre os Emergentes e o Brasil.** 2. ed. Brasília: Ipea, 2011. p. 97-125.
- CARVALHO, Maria Auxiliadora de; SILVA, César Roberto Leite da. **Economia Internacional.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. 300 p.
- CNI. **Sondagem Especial:** Comércio Exterior. n. 3. Brasília: CNI, 2009. 16 p.
- COUTINHO, Eduardo Senra et. al. De Smith a Porter: Um ensaio sobre as teorias do comércio exterior. **Revista de Gestão USP**, São Paulo, v. 12, n. 4, p. 101-113, 2005. Trimestral. Disponível em: <<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/rege/v12n4/v12n4a7.pdf>>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2013.
- FACHINELLO, Arlei Luiz; SANTOS FILHO, Jonas Irineu Dos. Agricultura e agroindústria catarinenses: panorama, impasses e perspectivas do sistema agropecuário. In: MATTEI, Lauro; LINS, Hoyêdo Nunes. **A socioeconomia catarinense: cenários e perspectivas no início do século XXI.** Chapecó: Argos, 2010. p. 159-196.
- FAZENDA, Secretaria de Estado da. **Programa Pró-Emprego.** Disponível em: <<http://www.sef.sc.gov.br/servicos-orientacoes/proem/programa-pr%C3%B3-emprego>>. Acesso em: 15 abr. 2013.
- FIESC. **Análise do Comércio Internacional Catarinense.** Florianópolis: Fiesc, 2012. 116 p.
- FIESC. **Balança Comercial SC.** Florianópolis: Fiesc, 2012. 4 p.
- FIESC. **Santa Catarina em Dados.** 12 ed. Florianópolis: Fiesc, 2002. 160 p.

FIESC. **Santa Catarina em Dados**. 16 ed. Florianópolis: Fiesc, 2006. 160 p.

FIESC. **Santa Catarina em Dados**. 21 ed. Florianópolis: Fiesc, 2011. 160 p.

FIESC. **Santa Catarina em Dados**. 22. ed. Florianópolis: Fiesc, 2012. 156 p.

FIESC. **Processo de Desindustrialização em Santa Catarina**. Florianópolis: Fiesc, 2011. 35 p.

FIESP. **Custos Econômicos e Sociais da Guerra Fiscal do ICMS na Importação**. São Paulo: Fiesp, 2012. 12 p.

GIL, Antônio Carlos. Uso da Biblioteca. In: GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnica de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. Cap. 7, p. 75-88.

GOULARTI FILHO, Alcides. A formação econômica de Santa Catarina. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 2, n. 23, p. 977-1007, 2002. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/2049/2431>>. Acesso em: 03 de março de 2013.

IPEA. **Produto Interno Bruto de Santa Catarina**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 23 de março de 2013.

IPEA. **Taxa de Câmbio Real Efetiva**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 23 de março de 2013.

ISTAKE, Márcia. **Comércio externo e interno do Brasil e das suas macrorregiões: um teste do teorema de Heckscher-Ohlin**. 2003. 145 f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-22102003-171821/pt-br.php>>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2013.

KASZNAR, Istvan. Uma Análise Econômica da Função Importação. **Eletrorrevista: Revista Científica e Tecnológica**, Rio de Janeiro, n. , p.1-11, mar. 2009. Disponível em: <http://www.ibci.com.br/2009.Uma_analise_economica_da_funcao_Importacao_Eletrorrevista.pdf>. Acesso em: 20 set. 2012.

KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional**. 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. 554 p.

LENZI, Cristiano Luís. **O Modelo Catarinense de Desenvolvimento: Uma ideia em mutação**. Blumenau: Edifurb, 2000. 239 p.

LINS, Hoyêdo Nunes; MATTEI, Lauro. Liberalização econômica e reestruturação produtiva: reflexos em Santa Catarina no limiar do novo século. In: MATTEI, Lauro; LINS, Hoyêdo Nunes. **A socioeconomia catarinense: cenários e perspectivas no início do século XXI**. Chapecó: Argos, 2010. p. 109-155.

MANKIWI, N. Gregory. **Macroeconomia**. 7. ed. Rio de Janeiro: Ltc, 2010. 457 p.

MARCOS, Jadna Sonia. **O Comércio Exterior das Mesorregiões Catarinenses de 2000 a 2010**. Florianópolis: Ufsc, 2012. 147 p.

MARÇAL, Emerson; NOVAIS, Luís Fernando. O desempenho do comércio exterior brasileiro por intensidade tecnológica, entre 2000 e 2008. In: BLASOTO JUNIOR, Geraldo; NOVAIS, Luís Fernando; FREITAS, Maria Cristina Penido de. **Panorama das Economias Internacional e Brasileira: dinâmica e impactos da crise global**. São Paulo: Fundap, 2009. p. 262-288.

MATTEI, Lauro. Economia Catarinense: Crescimento com Desigualdades Regionais. In.: **Encontro de Economia Catarinense**, 5, 2011, Florianópolis: Apec, 2011, p. 01-24. Disponível em:
<http://www.apec.unesc.net/V_EEC/sessões_tematicas/Desenvolvimento%20e%20COM%20DESIGUALDADES%20REGIONAIS.pdf>. Acesso em: 05 de março de 2013.

MDIC. **Exportações 1989-1996**. Disponível em:
<<http://aliceweb2.mdic.gov.br//consulta-nbm/index/type/exportacaoNbm>>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2013.

MDIC. **Exportações 1997-2013**. Disponível em:
<<http://aliceweb2.mdic.gov.br//consulta-ncm/index/type/exportacaoNcm>>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2013.

MDIC. **Importações 1989-1996**. Disponível em:
<<http://aliceweb2.mdic.gov.br//consulta-nbm/index/type/importacaoNbm>>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2013.

MDIC. **Importações 1997-2013**. Disponível em:
<<http://aliceweb2.mdic.gov.br//consulta-ncm/index/type/importacaoNcm>>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2013.

MDIC (Org.). **Outras estatísticas de Comércio Exterior**. Disponível em:
<<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=608>>. Acesso em: 15 fevereiro de 2013.

MIRANDOLA, Marco Antonio. **Os impactos da abertura da economia brasileira sobre o desenvolvimento do estado de Santa Catarina**. 2003. 64 f. Dissertação (Mestrado) – FGV, São Paulo, 2003. Disponível em:
<<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2227/74586.pdf?sequence=2>>. Acesso em: 10 de março de 2013.

OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado. Livre Comércio versus Protecionismo: uma análise das principais teorias do comércio internacional. **Revista Urutágua**, Maringá, n. 11, p. 1-8, 2007. Quadrimestral. Disponível em:
<<http://www.urutagua.uem.br/011/11olliveira.htm>>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2013.

ORGANIZATION, World Trade (Org.). **Students and Young Professionals**. Disponível em:

<http://www.wto.org/english/forums_e/students_e/students_e.htm>. Acesso em: 29 set. 2012.

PRATES, Daniela Magalhães. A alta recente dos preços das commodities. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 27, n. 3, p.323-344, 20 mar. 2013. Trimestral.

RATTI, Bruno. **Comércio internacional câmbio**. 9 ed. São Paulo: Aduaneiras, 1997. 486 p.

RIBEIRO, Livio Santos de Leite. **Dois Ensaios sobre a Balança Comercial Brasileira**: 1999/2005. 2006. 148 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, Departamento de Economia, Puc-rio, Rio de Janeiro, 2006.

S.A., Bunge Alimentos. **A Bunge**: Perfil. Disponível em: <<http://www.bunge.com.br/Bunge/Perfil.aspx>>. Acesso em: 27 abr. 2013.

S.A., First. **First S.A.** Disponível em: <<http://www.firstsa.com.br/>>. Acesso em: 27 abr. 2013.

SEABRA, Fernando; AMAL, Mohamed. Inserção internacional de uma economia regionalizada: avanços e limitações para o caso catarinense. In: MATTEI, Lauro; LINS, Hoyêdo Nunes. **A socioeconomia catarinense**: cenários e perspectivas no início do século XXI. Chapecó: Argos, 2010. p. 247-280.

SOARES, Cláudio César. Teorias Econômicas do Comércio Internacional. In: SOARES, Cláudio César. **Introdução ao Comércio Exterior**: Fundamentos Teóricos do Comércio Internacional. São Paulo: Saraiva, 2004. Cap. 2, p. 19-69.

SOUZA, Nilson Araújo. Mudança e Continuidade no Governo Lula. In: SOUZA, Nilson Araújo. **Economia Brasileira Contemporânea**: de Getúlio a Lula. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Cap. 12, p. 287-307.

THEIS, Ivo Marcos. Dinâmica espacial recente da economia. In: MATTEI, Lauro; LINS, Hoyêdo Nunes. **A socioeconomia catarinense**: cenários e perspectivas no início do século XXI. Chapecó: Argos, 2010. p. 63-107.

WILLIAMSON, John. **A Economia Aberta e a Economia Mundial: Um Texto de Economia Internacional**. Rio de Janeiro: Campus, 1989. 394 p.